

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES –
SEGURANÇA E DEFESA
2014-2015**



DISSERTAÇÃO

**“DEFESA EUROPEIA COMUM:
POSSIBILIDADES E PROBABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO”**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA
RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO
ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**“DEFESA EUROPEIA COMUM:
POSSIBILIDADES E PROBABILIDADE DEIMPLEMENTAÇÃO”**

TCOR (DEU) Andreas Florian Tschakert

Dissertação do MCMSD/IESM 2014-2015

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

“DEFESA EUROPEIA COMUM: POSSIBILIDADES E PROBABILIDADE DEIMPLEMENTAÇÃO”

TCOR (DEU) Andreas Florian Tschakert

Dissertação do MCMSD/IESM 2014-2015

Orientador: TCOR Dr. Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia

Pedrouços 2015



Agradecimentos

Ao Instituto de Estudos Superiores Militares, que me permitiu fazer a minha dissertação do mestrado.

Ao meu orientador Tenente-Coronel Dr. Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garça que me ajudou com os seus preciosos comentários.

À minha mulher Ute e aos meus filhos Lienhard e Jakob, que iluminam o caminho da minha vida.



Índice

Resumo.....	V
Abstract	VI
Palavras-chave.....	VII
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	VIII
Introdução.....	1
a. Questões, objetivos, pressupostos básicos.....	2
b. Fontes e literatura	3
c. Relevância política e científica.....	3
d. Etapas da investigação/estruturação do trabalho	4
1. Contexto	5
a. Evolução histórica da política comum de segurança e defesa europeia. Um breve resumo.....	5
b. Prós e Contras de uma defesa europeia comum	8
(1) Conclusão intermédia	9
c. Definição de Forças Armadas europeias comuns (exército europeu)	10
(1) Versão resumida	10
(2) Versão alargada.....	11
2. Evolução real / Situação atual / Problemas.....	12
a. Diferentes pontos de vista.....	12
b. Soberania nacional.....	13
c. Ausência de coordenação	13
d. Sistemas jurídicos nacionais	14
e. Forças Armadas heterogéneas	14
f. Problemática do armamento	14
g. Problemática do armamento	16
h. Falta de proximidade com os cidadãos.....	16
i. NATO	16
j. Ambicionar o impossível.....	17
k. Difícil implementação	17
l. Equipamento financeiro das Forças Armadas europeias.....	18
m. Financiamento das intervenções	18
n. Confissões políticas (vontade)	19



o.	Armas nucleares.....	19
p.	Pensamento nacional / ausência de um sentimento europeu "nós"	19
(1)	Conclusão intermédia	20
3.	Apresentação e avaliação de quatro variantes	21
a.	Manutenção do Status quo.....	21
b.	Exército federal / Exército europeu no "sentido tipo ideal"	22
c.	"Grupo de vanguarda aberto" como núcleo de um exército europeu	24
d.	Exército europeu por harmonização e cooperação dos exércitos nacionais ...	24
(1)	Avaliação	26
4.	Orientações e requisitos para uma defesa europeia comum - independentemente da sua constelação final	28
a.	Estratégia de segurança comum e livro branco de conduta comum.....	28
b.	Abdicar da soberania nacional.....	29
c.	Gestão de projeto profissional	30
d.	Direito comum	30
e.	Exército uniforme	31
f.	Do equipamento comum ao armamento comum.....	31
g.	Gerar confiança.....	32
h.	Inclusão da sociedade	32
i.	NATO	33
j.	Abordagem realista.....	34
k.	Capacidade de mobilização	34
l.	Financiamento das Forças Armadas europeias.....	34
m.	Financiamento das mobilizações	35
n.	Confissões políticas	35
o.	Armas nucleares.....	35
p.	Pensamento nacional, ausência de um sentimento "nós"	35
(1)	Conclusão intermédia	36
	Conclusões.....	37
	Bibliografia	43



Resumo

A cooperação militar já existe há muito tempo na Europa e funciona. De algum modo. No entanto, e por oposição ao seu peso económico no mundo, a União Europeia ainda está longe (e para sua própria insatisfação) de apresentar uma capacidade de ação europeia, que se esconde por detrás da ideia original e do conceito sonante "Exército Europeu". A atual situação política mundial com os novos cenários de ameaça mesmo às portas da Europa alerta especialmente para a necessidade de refletir sobre as possibilidades de uma defesa europeia comum.

Perante este cenário, são analisados os problemas atuais a caminho de uma defesa europeia comum, esboçados e avaliados quatro cenários futuros possíveis e nos quais estão alicerçadas as ações propostas no sentido da constituição de uma defesa europeia comum.

A análise evidencia que: (1) considerando a situação especial da UE enquanto união de estados não é forçoso que uma defesa comum se assemelhe a uma defesa nacional, (2) existem inúmeros problemas cuja resolução a médio prazo é bastante improvável devido à falta de disponibilidade dos vários estados em abdicar da sua soberania em matéria de política de defesa, (3) nem todos os cenários possíveis da futura constelação da defesa europeia podem ser considerados razoáveis ou passíveis de serem implementados, (4) existem inúmeras medidas a implementar que poderiam aproximar a UE de uma defesa europeia comum, independentemente da sua constelação final, (5) para avançar, deveriam ser dados passos no sentido da harmonização das diversas Forças Armadas nacionais, representando, assim, um passo intermédio no sentido de um exército europeu "tipo ideal", bem como o estado final de uma defesa comum, caso não fosse possível alcançar um maior entendimento entre os parceiros europeus.

O objetivo de uma defesa europeia comum não pode, apesar de todos os muitos outros problemas com as quais a UE se vê confrontada atualmente, ser perdido de vista.



Abstract

Military cooperation has existed in Europe for a long time and it works. To some extent. However, and as opposed to its economic weight in the world, the European Union is far from presenting (to its great dissatisfaction) the capacity for European action, which hides behind the original idea and the fine-sounding concept of a "European army". The global political status quo, featuring new threat scenarios in Europe's own backyard, raises awareness particularly to the need to reflect on the likelihood of a common European defence.

Against this background, the current problems arising on the way to a common European defence are analysed, four possible future scenarios are traced and assessed, on which the actions proposed for the development of a common European defence are founded.

This analysis highlights the following: (1) Given the EU's special status as a union of States, a common defence does not have to necessarily resemble national defence; (2) There are several problems the resolution of which is unlikely to happen in the medium term due to the fact that several States are unwilling to waive their sovereign rights regarding defence policy; (3) Not all possible scenarios of the future constellation of European defence can be found reasonable or implementable; (4) There are a number of implementable measures that could bring the EU closer to a common European defence, irrespective of the final constellation; (5) To progress steps should be taken to standardise the different national Armed Forces, thus representing an intermediate step along the way of an "ideal type" of European army and the final state of a common defence, if a consensus cannot be reached between the European partners.

In spite of many other problems that the EU currently faces, the goal of a common European defence must not disappear from sight.



Palavras-chave

Forças Armadas Europeias, NATO, Política Comum de Segurança e Defesa, Política Europeia de Segurança e Defesa, Política Externa e de Segurança Comum, Soberania, União Europeia;



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

C

CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CED	Comunidade Europeia de Defesa
CEE	Comunidade Económica Europeia
C2	Command and Control

E

EDA	European Defence Agency
EES	Estratégia Europeia de Segurança
EUA	Estados Unidos da América

H

H	Hipótese
---	----------

N

NATO	North Atlantic Treaty Organization
NH-90	NATO-Helicopter 90

P

PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada



S

STANAG Standardization Agreement

T

TCE Tratado que institui a Comunidade Europeia

TUE Tratado da União Europeia

U

UE União Europeia

USEUCOM United States European Command



Introdução

O Tratado de Lisboa¹ foi assinado no dia 13 de dezembro de 2007 sob a Presidência portuguesa do Conselho em Lisboa e entrou em vigor no dia 1 de dezembro de 2009. O artigo 42º, número 2, prevê o seguinte:

"A política comum de segurança e defesa inclui a definição gradual de uma política de defesa comum da União. A política comum de segurança e defesa conduzirá a uma defesa comum logo que o Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, assim o decida" (Amtsblatt der Europäischen Union, 2009)

O objetivo de estabelecer um exército comum já era um assunto debatido nos anos 50 do século passado. Contudo, só em 1993, com a assinatura do Tratado de Maastricht, foi definida uma política externa e de segurança comum (PESC). A política comum de segurança e defesa (PCSD) só foi instituída no ano de 2001, com a assinatura do Tratado de Niza. Com a assinatura do Tratado de Lisboa foi, pela primeira vez, possível compilar num só texto a eventual implementação de uma defesa comum, que posteriormente foi ratificada por todos os estados-membros. Este define, assim, o objetivo vago das Forças Armadas comuns e abre o caminho à possibilidade de as implementar.

O balanço após cinco anos e meio permite constatar que nem a política comum de defesa, nem a defesa comum da União Europeia (UE) que sobre ela assenta ou que a desenvolve, deram passos significativos nem tampouco satisfatórios nesse sentido. Ambas se assemelham a uma obra de construção civil cuja conclusão dos trabalhos se afigura num horizonte longínquo. Contudo, a UE vê-se obrigada a reagir, já hoje, às crises que se avizinham, bem como às que se verificam nas zonas vizinhas, caso pretenda garantir o bem-estar e a paz enquanto assume um papel adequado ao seu potencial económico no contexto da política mundial.

Não obstante os estados europeus discutirem há mais de vinte anos o êxito de operações conjuntas, estando, já há muito, mutuamente dependentes das respetivas capacidades, tal não significa que se esteja, de modo algum, perante uma defesa europeia comum ou um exército europeu.

Apesar de todas as intervenções conjuntas e das muitas iniciativas levadas a cabo

¹ O título integral do tratado é "Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE), publicado no JO C 2007/C 306/01, com última publicação de textos consolidados no JO 2012/C 326/01



no sentido da melhoria das capacidades de defesa, não se verificam quaisquer êxitos significativos em relação à implementação de uma defesa comum. Muito pelo contrário: parece que nem os passos mais pequenos a nível político europeu alcançam um denominador europeu comum; trata-se sempre de medidas de exceção, dissidentes, grupos de voluntários e cooperações entre alguns estados.

Parecem existir muitos motivos para decidir a favor da constituição de Forças Armadas europeias comuns, trabalhando ativamente no sentido da implementação e superando a ideia de "Nação em detrimento da UE": refiram-se duas com particular relevância: a crise da Ucrânia, bem como a crise financeira (essencialmente europeia).

Impõem-se, agora, vontade de ação política e pragmatismo. O Tratado de Lisboa possui verdadeiramente o potencial de desenvolver a função da UE enquanto "Global Player" e de intensificar a capacidade defensiva. Contudo, não basta um Tratado com objetivos de formulação vaga. Devem, pelo contrário, ser formuladas propostas concretas relativamente a requisitos, implementação e possível constelação da uma defesa europeia comum.

a. Questões, objetivos, pressupostos básicos

O presente trabalho assenta sobre a seguinte questão central (QC): "Qual poderá ser a constelação de uma defesa europeia comum e quais os fatores a implementar nesse sentido? Para dar resposta a esta questão são levantadas as seguintes questões derivadas (QD), que devem ser respondidas ao longo do presente trabalho de investigação:

(QD1) Quais os prós e os contras de uma defesa europeia comum?

(QD2) Como pode ser definida uma defesa europeia comum?

(QD3) Quais os obstáculos atuais a uma defesa europeia comum?

(QD4) Que possibilidades de uma defesa europeia comum existem e qual a sua razoabilidade e probabilidade?

(QD5) Quais os requisitos a cumprir no sentido da implementação da defesa europeia comum?

O presente trabalho de investigação baseia-se nas seguintes hipóteses (H):

(H1) A defesa europeia comum deve ser ambicionada e implementada, caso a UE pretenda assumir uma posição preponderante no cenário mundial, com capacidade para defender os seus valores e interesses com total autonomia, sem depender de terceiros.



- (H2) A definição de uma defesa europeia comum e, consequentemente, Forças Armadas comuns deve corresponder à natureza única da UE (uma união de estados com 28 estados-membros), respeitando-a.
- (H3) Existem desenvolvimentos/iniciativas que obstam a uma defesa europeia comum ou que inviabilizam a sua estruturação.
- (H4) Existem diversas possibilidades de estruturar uma defesa europeia comum, mas nem todas as possibilidades são razoáveis e prováveis.
- (H5) Existem requisitos que devem ser preenchidos no sentido da defesa europeia comum, independentemente da sua constelação final.

Para responder às questões secundárias e verificar e documentar as hipóteses, o autor do presente trabalho recorre ao estudo e à avaliação de documentos de acesso livre, tais como livros específicos, fontes da internet e artigos de jornal.

b. Fontes e literatura

A literatura relativa à PESD geral é muito abrangente, quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Refira-se, em particular, o aumento de publicações verificadas no âmbito do 10º aniversário da PESD, bem como antes e depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. No que diz respeito ao tema "Defesa europeia comum" ou "Constituição de um exército europeu" existem inúmeros artigos de jornal, comentários e críticas, especialmente após o recente apelo lançado por Jean-Claude Juncker nesse sentido, mas quase não existem artigos literários específicos ou debates científicos relativamente a esta matéria.

c. Relevância política e científica

A relevância do tema resulta dos seguintes pontos: a atual posição geopolítica com as crises mundiais e também nas imediações da Europa ameaçam a paz no mundo mais do que nunca e coloca novamente em primeiro plano a defesa e a capacidade de defesa da Europa. Ao exigir um exército europeu, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, catapultou este assunto para o topo da agenda europeia. Face à crise financeira que ainda gera repercussões, com contenções na esfera militar que, em parte, levaram à anulação de capacidades militares, impõe-se questionar como poderá, no futuro, ser garantida a segurança da Europa. Pois são muitos os que consideram que uma verdadeira defesa europeia comum representa o último passo no sentido do processo de integração



europeia.

Perante este cenário, o presente trabalho pretende incentivar algumas ideias sobre como poderá ser constelada e desenvolvida uma defesa europeia comum. Pretende-se que seja útil a todos os que se debatem com esta temática e que querem participar ativamente numa discussão em torno desta matéria.

d. Etapas da investigação/estruturação do trabalho

O objetivo do presente trabalho não consiste em propor uma investigação detalhada, tendo em consideração os 28 estados-membros, mas sim em apresentar um panorama geral europeu que, sempre que se afigure necessário no sentido de sustentar os argumentos do autor, é complementado com os respetivos exemplos. O período de tempo ao qual se referem as opiniões e avaliações do presente trabalho compreende os próximos 15 a 20 anos. Dado que, atualmente, o tema goza de uma elevada dinâmica, é de referir que o presente trabalho apenas tem em consideração o período até maio de 2015, inclusive.

O presente trabalho de investigação está organizado em quatro capítulos, que se encontram estreitamente relacionados com as respetivas questões secundárias e que pretendem dar-lhes uma resposta adequada.

O primeiro capítulo contém informações básicas relativas à presente investigação. É, antes de mais, apresentado um resumo geral dos desenvolvimentos históricos mais relevantes no contexto de uma defesa europeia comum. Em seguida são confrontados os prós e os contras de uma defesa europeia comum. Por fim são propostas versões mais restritas e mais abrangentes de uma definição de Forças Armadas europeias comuns.

No segundo capítulo é abordado o desenvolvimento real, bem como os problemas relacionados com a implementação de Forças Armadas europeias comuns.

O terceiro capítulo apresenta as diferentes possibilidades de constelação de uma defesa europeia comum ou Forças Armadas europeias comuns e avalia-as em matéria de razoabilidade e probabilidade de implementação.

Com base nos dois capítulos anteriores, no quarto capítulo são, por fim, indicadas sugestões no sentido de uma defesa europeia comum ou Forças Armadas comuns, independentemente da sua constelação final.

Nas conclusões são novamente resumidas e avaliadas as ideias expostas, sendo dada uma resposta à questão fulcral e central sobre a qual assenta o presente trabalho.



1. Contexto

a. Evolução histórica da política comum de segurança e defesa europeia. Um breve resumo.

O objetivo do presente capítulo consiste em relembrar os acontecimentos mais importantes em relação à constituição de uma defesa europeia comum, desde que a ideia surgiu até aos dias de hoje. A ideia de uma política comum de segurança e defesa europeia esteve sempre estreitamente relacionada com a possibilidade de construção de Forças Armadas europeias comuns, mesmo que a "finalização" estivesse, umas vezes mais, outras menos, no centro das atenções.

A ideia surgiu no final da Segunda Guerra Mundial e o início do processo europeu de unificação nos anos cinquenta do século XX. Nesta altura existia o consenso de que uma política externa comum, na perspetiva de uma possível união, seria impensável sem que fossem tidas adequadamente em consideração as necessidades de política de segurança e defesa. Aquando da guerra da Coreia e do conflito emergente entre Oriente e Ocidente, a ideia de criação de uma comunidade de defesa europeia ganhou novo alento e mereceu ampla aprovação por grande parte da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA).

As discussões e as ideias em torno desta questão deixaram, contudo, antever claramente que a segurança militar voltada para o exterior e a estruturação de Forças Armadas destinadas a garantir essa mesma segurança reveste a máxima expressão da soberania nacional, integrando assim as incumbências principais de cada estado-membro.

O processo de integração da União Europeia que já foi iniciado movimenta-se permanentemente, desde os primeiros dias da constituição, neste campo de tensão das problemáticas nacionais e supranacionais.

Depois de, em 1950, ter sido instituída a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), funcionando em pleno pouco tempo depois, parecia ser apenas uma questão de tempo até que a integração supranacional seguisse o mesmo caminho em matéria de política de segurança e defesa. O primeiro-ministro francês, René Pleven, iniciou em 1950 a Comunidade Europeia de Defesa (CED), cujo acordo foi, até 1952, assinado pelos seis estados fundadores² da CECA. O acordo da CED previa, tal como o acordo da CECA, a formação de uma comunidade de integração com um conselho de ministros, uma comissão, uma assembleia e um tribunal, assente no princípio da segurança coletiva. O objetivo

² Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos



fulcral deveria ser um novo "Exército Europeu", cuja estrutura deveria basear-se em exércitos nacionais com artilharia divisionária, agindo sob o controlo da North Atlantic Treaty Organization (NATO) (Europäische Gemeinschaft für Kohle und Stahl, 1954, p. 354 ff). A concretização desta ideia falhou, por fim, em 1954, com a recusa, por parte da França, em abdicar da sua soberania nacional. A unificação europeia sofreu, assim, um revés no que diz respeito à defesa comum, que, até aos dias de hoje, ainda não foi ultrapassado. Desde então, a integração europeia impulsionada pela Comunidade Económica Europeia (CEE) foi avançando para primeiro plano ao longo de quase quatro décadas de questões relacionadas com a política externa e de segurança. A defesa da Europa foi, desde então, transferida para a responsabilidade da NATO, constituída já em 1949, que assumiu, entre outros, o objetivo de defender o contingente europeu como um objetivo central, sendo o "teto" sob o qual os estados europeus se reuniam.

Só em 1993 esta temática foi novamente abordada, aquando da assinatura do Tratado de Maastricht, tendo sido, pela primeira vez, formulado o objetivo de uma "política externa e de segurança comum" (PESC) da UE, e seis anos mais tarde, em 1999, em Colónia, nascia a "política europeia de segurança e defesa" (PESD). Foi a guerra nos Balcãs, em geral, e a guerra no Kosovo, em particular, que despoletaram esta situação, pois a União constatou as suas próprias limitações relativamente aos meios de intervenção (militar) perante um conflito armado "mesmo à porta".

Pela primeira vez, os chefes de estado da UE definiram um objetivo comum, na "Declaração para o reforço da política europeia comum de segurança e defesa": acordaram a criação de estruturas europeias necessárias, quer ao nível militar, quer civil, bem como a realização de operações de gestão de crises internacionais (Die Bundesregierung, 2015). Os estados acordaram ainda, no assim denominado *Helsinki Headline Goal*, a disponibilização de até 60.000 militares para constituir uma Força Armada para eventuais operações da UE.

Acresce o facto de que a UE, no seguimento do Tratado de Amesterdão de 1999, assumiu as assim denominadas *Tarefas de Petersberg* da União da Europa Ocidental. Estas abrangem as operações de socorro humanitário e as missões de paz, bem como as intervenções de combate para superação de conflitos, incluindo medidas de implementação de paz. Foi ainda criado o cargo do Alto Representante da PESC.

No ano de 2003, o Tratado de Niza, definia os requisitos para a perceção autónoma das tarefas de gestão de conflitos no seio da UE. Neste contexto foi constituído um comité



de segurança e política de segurança, que assumia o controlo e a gestão estratégica de operações de resolução de conflitos, ao mesmo tempo que tomava as decisões no âmbito do Conselho. Foi ainda nesse mesmo ano que foi aprovada a Estratégia Europeia de Segurança, que vigora até aos dias de hoje.

Em 2004 foi criada a *European Defence Agency* (EDA) com o objetivo de "apoiar o Conselho e os estados-membros nos seus esforços no sentido da melhoria das capacidades defensivas da UE no âmbito da superação de conflitos e de apoiar, em permanência a PESD na sua constelação atual e na evolução futura" (European Defence Agency, 2014). A agência, "no domínio do desenvolvimento das capacidades de defesa, da investigação, da aquisição e dos armamentos identifica as necessidades operacionais, promove as medidas necessárias para as satisfazer, contribui para identificar e, se necessário, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do setor da defesa, participa na definição de uma política europeia de capacidades e de armamento e presta assistência ao Conselho na avaliação do melhoramento das capacidades militares (Amtsblatt der Europäischen Union, 2009, pp. artigo 42º, número 3 da Tratado da União Europeia). Estas medidas, conciliadas com o reforço da posição do Alto Representante para a política externa e de segurança, originaram que a EDA ocupasse o lugar de primazia em matéria de política europeia de segurança e defesa.

Num passo seguinte, e com vista à integração militar no seio da UE, foram, no ano de 2007, constituídos os primeiros batalhões UE, com o objetivo de funcionarem como meio militar de resposta rápida a situações de conflito na UE.

A última etapa da PESC, até ao momento, é, e sem margem para dúvida, o Tratado de Lisboa assinado em 2009. Este serviu para desenvolver institucionalmente a PESD e constitui, simultaneamente, a base para um empenho reforçado da UE em matéria de política comum de segurança e defesa. Pretende-se, por um lado, dotar a UE de capacidade de ação em política externa e de segurança. Por outro lado a UE também pretende reforçar a sua posição no contexto mundial, conquistando importância para os valores centrais que defende, tais como os direitos humanos, a democracia e a prioridade dos direitos internacionais.



b. Prós e Contras de uma defesa europeia comum

Uma observação mais atenta gera a ideia de que existem muitos motivos a favor de uma defesa europeia comum: existe uma grande discrepância entre o potencial económico e o potencial de política de defesa / militar da UE, que já fora abordada pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Mark Eyskens, no ano de 1991, quando afirmou que a UE seria um: "gigante económico, um anão político e um verme militar" (Homan & Rood, 2013). Se a UE pretende contribuir ativamente e de acordo com a sua força económica para a ordem de estabilidade no mundo, com a respetiva capacidade de ação militar, e não se limitando apenas a ela, não existe outro caminho senão o de possuir meios de defesa fortes e com capacidade de intervenção. Ela é a "continuidade lógica do direito a uma função global (Bahr, 2013, p. 19) e dar-lhe-ia as aptidões necessárias para assumir responsabilidades internacionais e interesses próprios com autonomia, ou seja, de forma independente.

O facto de os EUA estarem cada vez menos dispostos a assumir a responsabilidade pela segurança da Europa, estando cada vez mais orientados no sentido do espaço asiático, existem motivos suficientes a favor da criação de capacidades militares adequadas, sob a forma de um exército europeu comum e independente³.

As exigências cada vez maiores no sentido de capacidades militares sustentam o argumento a favor dos meios europeus comuns. Já nenhuma nação europeia pode, sozinha, enfrentar os problemas; estes não conseguem ser ultrapassados por soluções nacionais de pequena escala. Precisam, sim, de uma ação conjunta a nível europeu.

E até mesmo o estado deficitário e ineficiente das forças europeias de cada país, muito limitadas nas suas capacidades, pode ser um argumento favorável à constituição de Forças Armadas europeias. Em conjunto seria possível ultrapassar as dificuldades económicas, baixar os custos e, assim, recorrer à aquisição conjunta de equipamento e estruturar uma potência económica. A eficiência das Forças Armadas poderia ser melhorada e as suas capacidades mantidas ou alargadas.

Por fim, um exército europeu, que por muitos é considerado como a última peça que falta ao processo de unificação europeia, seria, enquanto projeto concreto de defesa de valores e interesses europeus comuns, uma possibilidade de superar a falta de proximidade com os cidadãos, tão criticada na Europa. E iria também completar o dossiê da política de intervenção.

³ Definição cf. 1.c.



Contudo, os opositores encaram a defesa como uma tarefa nacional e autónoma, não europeia. A consequente perda de soberania resultante de uma defesa europeia comum, bem como a inevitável dependência de terceiros não são bem aceites pelos opositores. E persiste também o argumento de que as ações militares são, por princípio, erradas, pois os opositores consideram que a mais-valia da União Europeia em matéria de resposta a situações de crise reside, essencialmente, nas suas aptidões e capacidades civis. Alguns consideram que um eventual exército europeu seria um impulsionador da militarização da UE e alertam para a característica de neutralidade "Softpower" que caracteriza a UE como portador do prémio nobel da paz, estando obrigada a tal. A estruturação de um exército europeu seria, assim, um contrassenso que se opõe ao projeto de paz que esteve na origem da constituição da UE.

Sob um ponto de vista pragmático surge ainda o facto de, em parte, ser necessário transpor obstáculos inultrapassáveis em matéria de direito constitucional (reservas parlamentares, neutralidade), bem como a aparente falta de vontade e as distintas culturas de defesa europeia comum sob a perspetiva da política de segurança, incapaz de conciliar questões de política de segurança e de política externa, e, consequentemente, a constituição de um exército europeu.

Assim, muitos opositores consideram que a NATO e uma defesa puramente europeia ou seja, um exército europeu se excluíam mutuamente.

(1) Conclusão intermédia

Em resumo é possível afirmar que a função que a UE pretende ocupar no cenário mundial e que reivindica está longe de estar ocupada, podendo ainda ser preenchida. Se a UE pretende exercer uma influência no mundo de acordo com a sua relevância económica, terá de dispor das capacidades necessárias, que incluem também a esfera militar, estando apta e capaz de se defender. Este motivo deveria ser, por si só, suficiente para que se fale a uma só voz, e ainda mais quando a orientação dos EUA parece alterar-se no sentido de apoiar o estado de dependência mútua já existente, bem como as razões financeiras que preveem a constituição de uma defesa comum.

É certo que os estados já não são capazes de garantir a segurança da Europa sem que exista coordenação entre eles, e que a UE só assim pode garantir a capacidade de ação conjunta.

Ainda que possam ser apresentados argumentos absolutamente compreensíveis contra uma defesa comum, prevalecem aqueles que podem ser alegados a favor deste



projeto.

c. Definição de Forças Armadas europeias comuns (exército europeu)

O conceito "Exército Europeu" goza renovadamente de grande notoriedade. Surge recorrentemente em declarações políticas, bem como comentários, discursos e acordos de coligação, estando, portanto, e de certo modo, agregado ao conceito de Forças Armadas europeias comuns, mas sem, na maioria das vezes, ser explicado com detalhe. A consequente esponjosidade do conceito facilita o uso do mesmo, com as respetivas associações nas respetivas argumentações, quer por parte dos apoiantes, quer por parte dos opositores. Contudo, e para que seja possível um debate sério sobre a implementação de Forças Armadas europeias, é imprescindível que o termo seja claramente definido. No sentido de uma discussão orientada pelo objetivo, mesmo no que diz respeito à eventual constelação e probabilidade de implementação, pretende-se, no presente trabalho, distinguir entre uma versão mais restrita e outra mais abrangente.

Independentemente da constelação final considera-se que um exército europeu está permanentemente operacional, estruturado uniformemente e devidamente equipado para poder "garantir uma capacidade de ação militar ilimitada por parte da UE" (Kirsch, 2011). As regras de intervenção devem ser inequívocas, irrevogáveis e aceites na generalidade.

As Forças Armadas tipo ideal, no sentido mais amplo, são as forças equipadas com armas e que obedecem a um comando de um estado, estando soberanamente incumbidas de garantir a segurança. Em função de legislação aplicável no país, a intervenção pode carecer de aprovação parlamentar.

(1) Versão resumida

O exército europeu tipo ideal é, assim, um aparelho militar (no contexto de 28 estados-membros associados) constituído por forças europeias comuns, com a mesma formação, que obedecem aos comandos dados num idioma e que se identificam com uma única voz de comando militar (europeu). Estas Forças Armadas devem estar alinhadas no sentido de uma estratégia única e reger-se por um direito comum. Seria necessário "um governo de uma Europa Unida, que tomasse decisões em matéria de política externa, de segurança e de defesa, assumindo igualmente a responsabilidade pelo parlamento dos estados da UE" (Ohlshausen, 2011, p. 377).

Trata-se, certamente, do modo mais provocante, mas simultaneamente, mais intensivo de estabelecer parcerias no seio da UE.



(2) Versão alargada

A UE não é um estado nacional, e nem tampouco o será num futuro próximo, se procedermos a uma análise realista dos factos. É, sobretudo, uma formação *sui generis*, que não existe em nenhum outro lugar do mundo com estrutura semelhante, não podendo, por isso, ser equiparada a um estado. Neste sentido, não é forçoso que o exército europeu seja equivalente às Forças de um estado:

O exército europeu deve, em sentido mais amplo, assumir as mesmas tarefas que um estado assume, podendo, no entanto, a sua estrutura organizacional ser constituída por várias uniões parciais, alicerçadas em cooperações entre diversos estados-membros.



2. Evolução real / Situação atual / Problemas

É certo que, desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, muitas situações se sucederam: assim, e no âmbito do Tratado, existem cooperações militares, uniões integradas e dependentes de outra nação, formação conjunta, exercícios conjuntos, colégios de defesa conjuntos, bem como contratos, parcialmente conjuntos, de armamento. Por outro lado estes desenvolvimentos são torpedeados quando, a título de exemplo, a França e a Grã-Bretanha optam por trabalhar em conjunto e deliberadamente fora do âmbito das estruturas de UE, afastando-se, assim, "da PESD, as duas forças militares mais importantes" (Ondarza von, 2014, p. 139).

Este capítulo aborda a situação atual, bem como alguns exemplos de problemas de maior dimensão que se afiguram no caminho da defesa europeia comum e que terão de ser superados. Nem sempre os problemas são fáceis de distinguir entre eles, pois estão muitas vezes interligados e mutuamente condicionados.

a. Diferentes pontos de vista

A União Europeia ainda não se uniu ao ponto de se verificar "um sentimento comum e ao nível de toda a União face às ameaças. Acrescem, ainda, interesses económicos distintos e diferenças assustadoramente significativas em matéria de valores elementares" (Brössler, Daniel, 2015).

Enquanto os estados bálticos tendem, por exemplo, a orientar as suas políticas de defesa para Oriente, os países do sul da Europa voltam-se, principalmente, para África.

A título de exemplo refira-se que a França, em 2014, e como consequência de diferentes pontos de vista e definição de objetivos, retirou o 110º regimento de infantaria da brigada franco-alemã de Donaueschingen: Este "agiu reiteradamente no sul da Europa, ou seja, na zona de interesses alemães (enquanto que a França possui fortes interesses na Sérvia), não tendo, quase nunca, atuado em prol dos objetivos da França" (Kronauer, Jörg, 2015). O facto de duas nações, que trabalham militarmente em conjunto há mais de 20 anos, ainda terem pontos de vista e objetivos tão distintos (mesmo quando foram e são levadas a cabo operações conjuntas como, por exemplo, no Mali e na República Central de África), é previsível que se avizinhem dificuldades no sentido de alcançar uma posição conjunta de todos os 28 estados-membros quando se trate de definir interesses de segurança, ameaças e, eventualmente, um perfil de intervenção das Forças Armadas europeias comuns.



É certo que, desde 2003, existe uma Estratégia Europeia de Segurança (EES), que foi formulada mediante o cenário dos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, e que se destinava, essencialmente, a delimitar o domínio militar da política externa dos EUA. Contudo, esta não está delineada para dar respostas satisfatórias face às atuais circunstâncias políticas e geopolíticas. Falta, até hoje, um livro branco da conduta civil e militar a adotar na UE.

b. Soberania nacional

"A defesa é uma tarefa das nações, não da UE. Não existe qualquer perspectiva de que tal cenário se altere, nem qualquer perspectiva no sentido de um exército europeu" (Hagel, 2015). O primeiro-ministro britânico, Cameron, apresenta o ponto de vista que, certamente, é partilhado por diversos estados-membros da UE, o cerne do verdadeiro dilema: a política de segurança e de defesa é, desde sempre, um dos elementos fulcrais da soberania nacional que os estados protegeram até à data, quase como ato reflexo; e é muito provável que continuem a proceder do mesmo modo no futuro. Contudo, e enquanto cada estado-membro "negar" uma missão europeia, desativando ou dificultando a mesma, a estruturação de "Forças Armadas europeias comuns" é, desde logo, posta em causa. A deficitária disponibilidade para abdicar da soberania é, assim, "a área mais sensível do processo de integração europeia" (Kirsch, 2011, p. 487); "a manutenção da soberania nacional (...) o fator limitador" (Spatz, 2011, p. 339).

Embora seja óbvio que, deste modo, o campo de ação da Europa é reduzido, bem como a sua reputação, sendo a necessidade de uma defesa comum apenas reconhecida em discursos retóricos, prevalecem os egoísmos nacionalistas. A persistência nesta soberania e a respetiva tendência para enviar as tropas nacionais tem por consequência que, até ao momento, não tenha sido dado qualquer passo significativo no sentido da defesa comum.

A crise financeira conduziu a uma perda de soberania involuntária na esfera financeira, intensificando, ainda mais, a persistência na soberania ao nível da política de defesa.

c. Ausência de coordenação

As atuais iniciativas, por exemplo, na área *Pooling & Sharing*, a recíproca subordinação das tropas ou de outras cooperações militares e que são, em grande parte,



chamadas a intervir de modo descoordenado e independente, sobrepondo-se em algumas situações, já criaram uma situação de dependência mútua entre os estados-membros europeus. Contudo, o resultado, no seu conjunto, não foi estruturado e gerado ativamente; foi essencialmente algo que os estados deixaram que acontecesse. Porém, tal situação é pouco adequada para satisfazer as necessidades de um projeto "de defesa comum europeia". Dificulta o progresso dos avanços nesta área e as iniciativas são, por vezes, numa situação de maior conciliação em prol da integração militar, novamente dissipadas, anuladas ou reagrupadas, para depois poderem alcançar o objetivo final pretendido.

d. Sistemas jurídicos nacionais

O direito nacional reveste, por vezes, e na esfera multinacional, um caráter de "pedra no sapato" nas operações conjuntas, despoletando assim um sentimento de desigualdade entre os militares e dificultando, entre outros, o espírito de tropa europeia. Consequentemente é dificultado e até mesmo impossibilitado um desempenho de tarefas expedito e bem-sucedido.

Acresce ainda que as determinações jurídicas de vários estados ultrapassam as fronteiras intergovernamentais. Refira-se, a título de exemplo, que na Alemanha a reserva de análise parlamentar está prevista nas leis fundamentais, só podendo ser alterada por referendo (Bundesverfassungsgericht, 2009).

e. Forças Armadas heterogêneas

As intervenções já ultrapassam, há muito, o âmbito meramente nacional, sendo, acima de tudo, intervenções comuns europeias e multinacionais. As estruturas e os processos das diferentes forças nacionais são tão distintas que chegam mesmo a influenciar regularmente as intervenções multinacionais. A ausência de um código comum e de um procedimento uniformizado gera perdas por atrito que dificultam operações conjuntas e que despoletam sentimentos de insatisfação e frustração nos soldados. Os preconceitos culturais também são significativos no travamento do êxito das intervenções.

f. Problemática do armamento

A crise financeira europeia voltou novamente a evidenciar que os estados da União tendem a tomar decisões a nível nacional em matéria de defesa, e que o eventual armamento europeu comum e um mercado de armamento harmonizado se revestem de pouca significância. Pois uma integração do armamento mais aprofundada significaria



desistir de competências nacionais, correndo o risco de perder capacidades tecnológicas e postos de trabalho. E dado que os interesses económicos também estão permanentemente a influenciar as políticas de defesa, a luta em prol de uma liderança na tecnologia e no mercado, da criação e manutenção de postos de trabalho e da estreita ligação com políticas industriais ocupou um lugar de primazia, especialmente em tempos "de escassez de dinheiros". Os projetos de armamento nacionais continuam a ser preferidos⁴, mas possuem a desvantagem, por força da pressão no sentido da contenção, de serem produzidos em pequena escala com um consequente aumento dos preços unitários.

Acresce ainda que a UE padece, até hoje, em matéria de política de defesa, da ausência de um código inequívoco e independente que defina a indústria do armamento. Os mecanismos nacionais criados no sentido de proteger a própria indústria dificultam a abertura do mercado de armamento para além dos mínimos. Os acordos celebrados, nomeadamente em relação à definição dos equipamentos nos cadernos de encargos europeus são voluntários e não estão sujeitos a qualquer tipo de controlo supranacional. A AED, que funciona como responsável pelo acordo celebrado em 2005, é um intermediário, e não tanto um gestor, dado que não são criadas as autorizações necessárias.

Não obstante a produção e a aquisição dos bens de armamento ter sido concretizada a nível multinacional, tal originou que surgisse no mercado um produto europeu", mas com diferentes versões em função das diferentes perspetivas nacionais. Assim, e a título de exemplo, existem 23 modelos nacionais diferentes do helicóptero de transporte NH-90. Este projeto de elevado valor, que é "vendido" e também publicitado pelas Forças Armadas alemãs enquanto projeto europeu comum (Bundeswehr, 2013), é apenas um dos exemplos que evidencia as prioridades que cada país estabelece. A intenção original de economizar através da aquisição de lotes de maior dimensão com menores custos unitários, procedendo a uma utilização mais eficiente, é, assim, menosprezada.

A cooperação entre as várias forças, bem como as intervenções conjuntas são dificultadas e, por vezes, impedidas, devido à grande diversidade e à reduzida interoperabilidade condicionada pela falta de padrões.

A complexidade do processo de união em torno de um equipamento uniforme "no passado da NATO mostra a existência de 1300 *Standardization Agreements* (STANAG) e que, ainda assim, permanecem em utilização 20 modelos de espingarda diferentes" (Höfer, 2008, p. 159).

⁴ O projeto de tanques de combate franco-alemão proposto pelo Ministério da Defesa alemão ainda não pode, neste momento, ser avaliado.



g. Escassa confiança no seio dos estados-membros

Caso persista a tendência essencialmente despoletada pela crise financeira, sendo de presumir que assim seja, os estados irão continuar a pagar a fatura da soberania e da capacidade de ação independentemente do tipo e da extensão da (futura) integração. Tal sucederá, quer no caso das reduções das várias capacidades e volumes de equipamento, quer no caso da anulação da totalidade das capacidades, nomeadamente devido ao *Pooling & Sharing*. O atual "grau de interligação delimita a liberdade de ação nacional e apenas funciona em situações de confiança mútua" (Naß, Matthias, 2015). Porém, esta confiança ainda não foi desenvolvida/ainda não existe entre todos os parceiros. Tal deve-se, por um lado, à forte orientação nacional e, por outro, às diferentes perspetivas sobre quando e para que fins devem ser utilizados os meios militares.

h. Falta de proximidade com os cidadãos

A Europa / a UE está afastada dos seus cidadãos em diversas áreas. O ceticismo europeu, a fraca participação nos atos eleitorais, o cansaço europeu e as exigências da Grã-Bretanha no sentido de serem efetuadas alterações no Tratado da UE, bem como a perspetiva de um novo referendo sobre a saída da Grã-Bretanha da UE são provas disso mesmo. Quase não são debatidos em público temas como o da segurança, os interesses relacionados com a segurança e a defesa. Contudo, o apoio da(s) sociedade(s) é essencial, pois só com ele é possível que a Europa se concilie em torno destas questões.

i. NATO

O relacionamento entre a UE e a NATO é oficialmente um relacionamento entre dois parceiros com direitos equiparáveis. "Uma União Europeia ativa e empenhada contribui para a segurança geral no espaço euro-atlântico. Assim, a UE é um parceiro único e essencial para a NATO" (NATO, 2010) A Aliança Atlântica e a UE "não estão em competição; muito pelo contrário, completam-se mutuamente" (Auswärtiges Amt; Bundesministerium der Verteidigung, 2009). Consequentemente, uma PESD dinâmica fortalece o pilar europeu da Aliança, mas também a NATO no seu todo (Lang & Schmidt, 2011, p. 322).

Os acordos de "*Berlim Mais*" no ano de 2003 definiram a relação entre a NATO e a UE. Estes preveem, entre outros, que à NATO seja concedido o direito de primeiro interveniente, podendo a UE, em caso de não intervenção da NATO na sua globalidade, recorrer às capacidades da NATO (NATO, 2004). Deste modo pretende-se que sejam



evitadas duplicações de estruturas, que, em última análise, perspetivam a redução de custos, uma situação certamente razoável. Contudo, a UE fica, assim, numa relação de dependência da NATO e respetivas capacidades. Torna-se, deste modo, num "jogador da segunda divisão", dado que, na verdade, não se trata propriamente de uma política de defesa independente.

E mesmo após o Tratado de Lisboa, ficou claro que a responsabilidade pela defesa coletiva dos estados-membros que também integram a NATO é, e continua a ser, da Aliança. Tal é novamente confirmado pelo conceito estratégico da Aliança em novembro de 2010 (Ohlshausen, 2011, p. 377).

j. Ambicionar o impossível

Em matéria de implementação de uma defesa comum, a Europa encontra-se numa fase de polémica política. As discussões que ocorrem nem sempre perspetivam um objetivo, nem conduzem a bom porto. Jean-Claude Juncker justifica a sua exigência no sentido da constituição de um exército europeu com o argumento, por exemplo, de que "(iria) transmitir uma ideia inequívoca à Rússia de que a defesa dos valores europeus é um assunto sério" (Beat Balzli, 2015). Por mais compreensível que este objetivo possa parecer face à situação política atual: é evidente que a implementação desta visão não será possível a curto prazo, se é que algum dia virá a concretizar-se.

E nunca são discutidos o modo como este objetivo deve ser alcançado ou implementado, quais os passos a seguir, quais as etapas a ultrapassar. Faltam ideias relativamente ao plano de ações para, por exemplo, os próximos cinco anos. E tal não causa, certamente, qualquer impressão à Rússia.

k. Difícil implementação

Um dos problemas fulcrais neste contexto é o facto de a UE não dispor diretamente de Forças Armadas próprias. São os vários estados-membros que disponibilizam contingentes militares, decidindo sobre a sua intervenção (suportando igualmente os custos inerentes), mesmo que estejam a intervir em nome da UE. As respetivas conferências entre os estados que disponibilizam as tropas revelam-se, regularmente, complicadas e morosas. E assim, nem sempre é possível garantir que sejam alcançados os objetivos previstos.



l. Equipamento financeiro das Forças Armadas europeias

Após a Reunificação da Alemanha, a dissolução do Pacto de Varsóvia e o consequente fim da Guerra Fria, os estados europeus gozaram de euforia e otimismo, com a convicção de que a paz reinante na Europa seria estável e inabalável. Neste contexto foram reduzidos os orçamentos destinados à defesa, procedendo-se, consequentemente, à redução do armamento de diversas forças, que, em muitos casos, levou mesmo a que "por vezes, dispomos de estruturas vazias e de gestão deficitária" (Remme, Klaus; von der Leyen, Ursula, 2015). Nem sempre é possível superar ou satisfazer as tarefas exigidas.

Este processo foi acentuado pela crise financeira que, na Europa, conduziu a fortes reduções no orçamento militar, despoletando, assim, um processo de desmantelamento condicionado por "falta de caixa". Foram postas em causa as capacidades que futuramente serão necessárias na Europa. A reforma das Forças Armadas da Alemanha foi também "um produto das necessidades de contenção a curto prazo em termos de política financeira e orçamental com observância da recente política de contenção de custos prevista nas leis fundamentais (Staack, 2014, p. 175). Enquanto nos outros países do mundo as despesas relacionadas com meios militares cresceram, por vezes acentuadamente, entre 2004 e 2013, "estas reduziram em 6,5% nos países ocidentais e centro-europeus" (Muzik, 2015)

m. Financiamento das intervenções

As missões civis da PESD são, atualmente, financiadas com o orçamento da UE. Os custos operacionais inerentes às intervenções militares devem ser suportados proporcionalmente quando se verifique um envio simultâneo das tropas, conforme previsto no ATHENA. Os assim denominados custos gerais (aprox. 10% do orçamento geral de uma missão) não são suportados em caso de abstenção e apenas são suportados proporcionalmente em caso de consentimento em relação a uma missão.

Assim, as operações da UE dependem da disponibilização voluntária dos contingentes militares por parte dos estados-membros. As atuais regras de financiamento da PESD segundo o lema "Costs lie where they fall" conduzem a uma distribuição injusta de custos e encargos. Consequentemente, nem a constelação das Forças Armadas necessárias, nem o financiamento das intervenções/missões indispensáveis são garantidos. Tal poderá despoletar tensões e desconforto entre os estados-membros da UE.



n. Confissões políticas (vontade)

"Na Europa não se registam avanços em matéria de parceria militar, porque os governos com maior representação não o querem, apesar de todas as vontades manifestadas a favor" (Thießen, 2014, p. 168). Jörn Thießen aborda o cerne da questão: não obstante todas as exigências no sentido do estabelecimento de um exército europeu comum, faltam propostas concretas. Muito pelo contrário: o facto de as formulações serem vagas e de se observar uma ausência de definições ou de propostas de implementação, permite aos políticos recorrer ao chavão em prol dos seus objetivos, gerando uma onda a favor ou contra um exército europeu, e apresentando-se a favor ou contra esta ideia, conforme a sua preferência. Por vezes faltam até mesmo as respetivas ações: assim, e a título de exemplo, "na Alemanha, nunca foi efetuada uma classificação das capacidades nacionais no sentido das categorias apresentadas através da *Iniciativa de Ghent* [...]", (Müller, 2014, p. 206), apesar de a importância desta análise ter sido explicitamente desenvolvida nas Diretivas de Política de Defesa em 2011 (Bundesministerium der Verteidigung, 2011, pp. 13-14).

o. Armas nucleares

Até mesmo as armas atómicas que se encontram em posse francesa e britânica constituem um problema para a PESD e, conseqüentemente, para a defesa europeia comum: neste sentido, a UE encontra-se profundamente dividida. Enquanto a Grã-Bretanha e a França não deixam margem para dúvidas de que a ameaça e a utilização das armas atómicas constitui uma parte das suas opções militares, os restantes países não possuem armas atómicas ou defendem até mesmo um mundo sem armas atómicas. Contudo, as forças europeias que detêm o poder atómico não abdicam das suas armas, nem tão pouco do comando exclusivo sobre elas. Não se prevê uma solução para este problema relativamente à PESD; não existem quaisquer propostas de solução concretas à vista.

p. Pensamento nacional / ausência de um sentimento europeu "nós"

Nunca o sentimento europeu "nós" ou o pensamento e as ações europeias conseguiram impor-se contra as preferências nacionais. Quando a situação se torna séria ou surge um ultimato, predomina o egoísmo nacional. A responsabilidade é preferencialmente assumida por cada nação, não pela Europa. Assim, os estados-membros, no âmbito da crise financeira, reagiram individualmente à pressão no sentido da contenção de custos, e não em coordenação com os outros estados-membros europeus. Insistem, assim, nos seus



direitos nacionais enraizados desde sempre e recusam, por exemplo, subordinar os seus próprios interesses a um assunto europeu no âmbito da unanimidade que se impõe. Deste modo, até as capacidades de ação da UE são torpedeadas, ou obrigam-na a confirmar e assumir compromissos que a maioria dos estados-membros considera serem desnecessários. Consequentemente, a UE "permanece um ator fragmentado para o exterior, que tem de lutar pela união interna em cada situação de crise" (Ondarza von, 2014, p. 142). A UE está, assim, longe de adotar procedimentos concertados e consolidados.

(1) Conclusão intermédia

Os problemas aqui enumerados e que se atravessam no caminho da concretização de uma defesa europeia comum são diversos e revestem um carácter de natureza distinta. A unificação ambicionada e teoricamente possível é confrontada com grandes obstáculos, que obstam à sua concretização. Perante a experiência obtida até ao momento em matéria de processos de unificação são, contudo, expectáveis discussões morosas e empenhadas, bem como decisões difíceis de tomar.



3. Apresentação e avaliação de quatro variantes

Face às duas sugestões de definição apresentadas no capítulo 3, pretende-se, no presente capítulo, esboçar quatro possíveis cenários futuros e proceder a uma avaliação, em particular, no âmbito da disponibilidade das Forças Armadas, do relacionamento com as armas nucleares francesas e britânicas, bem como da sustentabilidade financeira. Pretende-se, ainda, avaliar a razoabilidade das respetivas variantes, bem como a probabilidade de implementação.

A exigência frequentemente apresentada, em particular pelos políticos de esquerda, no que diz respeito à desistência integral das forças militares e à extinção dos exércitos nacionais não é tida em consideração neste capítulo. Seriam, certamente, evitados muitos problemas e discussões, ao mesmo tempo que os orçamentos ficariam favorecidos; contudo, o autor é da opinião que a consequente perda do "direito de voto" internacional não é do interesse da Europa.

a. Manutenção do *Status quo*

Cenário: os estados europeus persistem na manutenção da sua soberania e continuam, como até à data, a realizar cooperações com diferentes parceiros, por vezes de modo descoordenado e a sobreporem-se mutuamente. Não existe uma concertação entre os parceiros europeus e, por conseguinte, uma ação orientada no sentido dos objetivos da PESD.

Neste cenário, o controlo parlamentar dos estados nacionais ficaria preservado. Cada nação manteria no futuro, como até à data, o poder de decisão próprio sobre a utilização das suas Forças Armadas. Os estados com uma acentuada reserva de análise parlamentar não iriam tocar nos seus limites constitucionais. (A Alemanha também não está, presentemente, autorizada a renunciar aos direitos parlamentares; está, de momento, a verificar "como podem se assegurados os direitos parlamentares perante um contexto de progressiva integração na União e apesar da diversificação de tarefas" pela assim denominada Comissão Rühle (Deutscher Bundestag, 2014). A possibilidade de alcançar uma decisão europeia mais rápida e fiável em matéria de missões UE através da transferência da soberania nacional ao nível da UE permanece intacta.

A resposta ao relacionamento com armas nucleares francesas e britânicas seria dispensável, dado que perante este cenário esta não precisaria de qualquer resposta: elas irão continuar a permanecer sob o controlo exclusivo da França e da Grã-Bretanha.



O financiamento dos exércitos já constituídos e as missões lideradas pela UE não sofreriam qualquer alteração: os exércitos nacionais continuariam a ser financiados pelas próprias nações. A manutenção das regras de financiamento das missões da UE não obrigaria os estados-membros à participação na missão em si (por alistamento de contingentes militares), nem à participação nos custos, deixando assim de poder assegurar ambos de forma fiável.

As intenções por detrás das iniciativas tais como *Pooling & Sharing*, processo de Gent ou os diversos acordos de cooperação podem ser as melhores. Contudo, o seu êxito é incerto. Elas não são coordenadas centralmente, não seguem qualquer conceito europeu global que garanta a disponibilização de todas as capacidades definidas/necessárias a longo prazo e na respetiva quantidade para o cumprimento das iniciativas. Com uma estratégia abrangente, um objetivo claramente definido e uma gestão central seria possível agrupar estas iniciativas e dar-lhes uma continuidade orientada. Falta apenas a vontade política neste sentido.

b. Exército federal / Exército europeu no "sentido tipo ideal"

Cenário: os exércitos nacionais são desmantelados ou transferidos para um exército europeu multinacional com todos os tipos de armas, que obedece a um comando central da UE. Seria "um exército da UE permanentemente disponível e de formação conjunta, que pode ser utilizado e controlado a nível europeu estando, por conseguinte, sujeito a processos supranacionais. ... formação, armamento, direito militar, mobilização, decisões políticas e militares teriam de ser 'europeizados' (Ahumada Contreras & Brok, 2011, p. 285).

O requisito para um exército desta natureza consiste na integração profunda de políticas nacionais, culturas estratégicas e estruturas de natureza política e social a alcançar no seio dos estados-membros. Neste sentido seria necessário igualar as condições de mobilização nacionais, bem como desenvolver diretivas conjuntas.

Um exército desta natureza seria incompatível ou muito difícil de conciliar com direitos de soberania nacionais e com reservas de análise parlamentar. Os estados-membros teriam de transferir uma grande parte da sua soberania para a UE. Os estados com reserva de análise parlamentar, tais como a Alemanha, teriam forçosamente de abdicar da mesma (ou transferi-la para a UE). No entanto, o Tribunal Constitucional alemão deixou bem claro que o "*Bundestag* não pode transferir a sua capacidade de mobilização para um nível europeu" (Ahumada Contreras & Brok, 2011, p. 286). Ainda que tal não seja totalmente



impossível (referendo nacional/alteração da constituição), seria necessário um enorme esforço no sentido de proceder a esta alteração. Numa perspectiva realista, a disponibilidade a curto ou médio prazo de todos os estados-membros da UE para a transferência integral da soberania em matéria de política externa e de defesa é, portanto, praticamente impossível.

Relativamente à questão do tratamento das armas nucleares existentes na UE são apresentadas três possíveis soluções: estas podem (a) permanecer nas mãos da França e da Grã-Bretanha, (b) ser transferidas para a UE ou (c) totalmente abolidas. As duas últimas possibilidades podem vir a fracassar perante a resistência da França e da Grã-Bretanha. Nenhuma destas duas nações estaria, obviamente, disposta a abdicar do seu comando supremo a favor da UE ou a abolir totalmente as armas existentes. Constata-se que, de facto, em caso de constituição de um exército europeu federal com armas nucleares, é necessário ter em consideração as reservas impostas pela França e pela Grã-Bretanha. Todavia, uma UE equipada com armas nucleares é difícil de imaginar, em particular, devido à postura defensiva e preventiva que adota, bem como devido ao ênfase que atribui à faceta civil/diplomática, por muitos considerada uma característica distintiva. A permanência das armas em mãos francesas/britânicas teria igualmente consequências negativas, pondo em causa, desde logo, a solidariedade e o equilíbrio no seio do exército europeu.

O financiamento de um exército europeu desta natureza, incluindo os custos de manutenção e mobilização, seria suportado pelo orçamento europeu, que teria de ser respetivamente aumentado. Estes custos adicionais para os estados seriam confrontados com as economias conseguidas com a extinção, concretizada ou em curso, dos exércitos nacionais. Se tal levaria efetivamente a economias, conforme frequentemente argumentado pelos defensores de Forças Armadas comuns, é questionável, pelo menos, na fase inicial/de transição. Acresce o facto de que as verbas libertadas seriam, seguramente, necessárias para a reaquisição de capacidades entretanto perdidas, mas indispensáveis.

Caso fosse constituído um exército europeu nos referidos moldes, o mesmo tornaria necessária uma reestruturação da NATO, tendo em consideração que nem todos os estados-membros da UE são, simultaneamente, membros da NATO, sendo alguns até mesmo neutros. Ainda no que diz respeito à cláusula que aborda à assistência mútua em caso de um ataque armado, os estados neutros (Irlanda, Finlândia, Áustria e Suécia) teriam de implementar alterações constitucionais antes de poderem integrar um exército europeu desta natureza.



c. "Grupo de vanguarda aberto" como núcleo de um exército europeu

Cenário: com base num corpo militar comum, por exemplo, o Eurokorps, as nações principais avançam na frente e formam um "grupo de vanguarda" aberto (Gareis, 2011, p. 463), alicerçada na Cooperação Estruturada Permanente, conforme definida no Tratado de Lisboa. A participação neste grupo encontra-se aberta a todas as nações, para que possa servir de núcleo a um exército europeu.

Conforme já identificado, o avanço conjunto no sentido da formação de um exército europeu constituído por todos os estados-membros da UE é muito improvável. Por isso, surgem exigências no sentido de "não aguardar [por] um conceito de todos os 28 estados-membros", mas sim, para apostar na "força dos factos", e no avanço de um grupo de estados (Jungholt, 2014). Esta abordagem propõe uma possibilidade adequada de dar início a este projeto, mantendo-o aberto a todos. A respetiva condição seria a elaboração de um complexo acordo internacional como base para "estruturas de gestão próprias" e militares (Gareis, 2011, p. 463).

Pode presumir-se que a disponibilidade de intervenção de um exército desta natureza estaria assegurada pelo simples facto de apenas participarem as nações dispostas a tal.

A problemática do relacionamento com as armas nucleares francesas e britânicas apresenta-se, aqui, tão difícil quanto no cenário b). Não é possível antever, neste momento, qual a constelação de uma solução aceite por todos.

Sugere-se que, em matéria de financiamento das intervenções em curso sob a bandeira da UE, e no sentido da "igualdade de direitos", os custos operacionais sejam distribuídos por todos os estados-membros e não apenas por aqueles que participam na intervenção. O consenso existente e que determina que a maior parte dos custos é suportado apenas por aqueles que também disponibilizam contingentes para intervenções da UE, deixa de ser sustentável mediante o cenário de um grupo de vanguarda constituído, por exemplo, por cinco estados apenas.

d. Exército europeu por harmonização e cooperação dos exércitos nacionais

Cenário: um exército europeu é constituído meramente através de equipamento, harmonização e cooperação conjunta dos exércitos nacionais. Não nasce um novo exército europeu alicerçado nos exércitos nacionais.

Neste cenário é ambicionado um tipo de exército europeu que pode ser considerado um compromisso entre as variantes 3.a. e 3.b. acima apresentadas, e que também



corresponde à definição no sentido mais abrangente (cf. princípios básicos 1.c.): Poderiam ser constituídas associações europeias baseadas em grupos de combate da UE já existentes. Estes encontrar-se-iam sempre em prontidão, seguindo um princípio de rotatividade, tendo em consideração todos os tipos de armas, de modo a poderem intervir em qualquer momento, cobrindo todas as áreas de tarefa necessárias. Seria, assim, necessário um quartel-general central permanente e um corpo de comando. Esta variante exige uma coordenação e uma ampla articulação entre os parceiros europeus tendo em conta a atribuição de competências e cooperações, bem como o armamento e a formação conjunta. Deve ser definido um objetivo comum que centralize os trabalhos coordenados dos estados europeus. Não basta que apenas cooperem alguns estados, com submissão mútua de partes das suas tropas. A entidade ideal para esta cooperação seria a AED, cujas competências teriam de ser amplamente alargadas.

A reserva de análise parlamentar manter-se-ia e continuaria a permitir aos estados-membros determinar autonomamente sobre cada mobilização dos seus soldados. Para aumentar a confiança dos países com reserva de análise parlamentar, permitindo, ainda, tomar decisões seguras e rápidas quando a situação assim o exige, a Alemanha, por exemplo, poderia repensar a possibilidade de ajustar a lei do voto parlamentar. As propostas apresentadas por Johannes Varwick, entre outros, em autorizar o governo alemão no sentido de "utilizar temporariamente Forças Armadas", com a possibilidade de obtenção da aprovação por parte do *Bundestag* no prazo de 30 dias ou de alargar a regra dos 30 dias em relação às intervenções "deferidas pelo Conselho Europeu sem votos contra" (Keller, et al., 2012, p. 86) merecem, mediante este contexto, uma abordagem mais aprofundada e séria.

Nesta versão, as armas nucleares britânicas e francesas poderiam permanecer nas mãos dos seus atuais proprietários. Tendo em consideração a cláusula de solidariedade (artigo 222º) consagrada no Tratado de Lisboa seria, contudo, necessário esclarecer e acordar que, perante um ataque militar a um estado-membro da UE, as armas nucleares não seriam (automaticamente) utilizadas para defesa (Albani & Brantner, 2011, p. 103).

Os meios para esta variante de Forças Armadas europeias poderiam ser discutidos no âmbito do orçamento da UE. Este compreende os custos inerentes ao quartel-general, ao comando, à formação conjunta e os custos de prontidão e intervenção. O mecanismo ATHENA também deveria ser alargado aos custos operacionais, no âmbito da "igualdade de direitos" e solidariedade. Poderia até mesmo considerar-se a possibilidade de os custos serem também repartidos pelos estados que não concordem com determinada missão.



(1) Avaliação:

A preservação do *Status quo* não exige quaisquer outras reformas e terá, por conseguinte, e apesar de todos os reconhecimentos e exigências no sentido de um exército europeu, o consentimento amplo por parte de todos os estados-membros. Este cenário, porém, oculta alguns riscos e não contribui para que a UE alcance os objetivos que traçou autonomamente ou para a constituição de Forças Armadas comuns (seja qual for a sua constelação). Deste modo não é possível melhorar a situação de insatisfação, nem solucionar os problemas existentes.

Um "verdadeiro" exército europeu teria como pressuposto amplas reformas institucionais, bem como uma transferência completa da soberania nacional em matéria de política de defesa. Representaria, ainda, a forma mais integrada de um exército europeu. É razoável, pois constituiria o derradeiro passo no sentido do processo de integração europeia; a capacidade de ação da UE seria amplamente melhorada, bem como aumentada a sua força de resposta militar e a sua soberania. Contudo, a sua implementação ao nível político afigura-se improvável a médio prazo, senão mesmo francamente impossível. Existem demasiados problemas de diferente natureza, cuja resolução parece, neste momento, mais do que difícil. Mas mais importante ainda: a disponibilidade e a vontade política no sentido de encontrar soluções conjuntas ou de implementar soluções evidentes parecem não existir.

A possibilidade de formação de um "grupo de vanguarda" é dada pelo Tratado de Lisboa. Com base no princípio da integração diferenciada, é possível desenvolver a PESD mesmo contra a resistência de estados-membros europeus isolados (Müller, 2014, p. 221). Uma Europa desta natureza "a duas velocidades" já existe atualmente com o Euro e funciona. Um problema desta variante seria um eventual ressentimento das nações não envolvidas desde o início: os membros do grupo de vanguarda definiriam as regras para as Forças Armadas a constituir. As restantes nações não teriam praticamente qualquer influência nesta matéria; mas teriam de aceitar as regras, caso pretendessem participar. Poderia ainda surgir a acusação de não se tratar de um projeto totalmente europeu devido ao facto de começar apenas com algumas nações, ou de uma ou poucas nações pretenderem apoderar-se da "liderança" nesta área.

No conceito "compromisso" apresentado no cenário 4, são tidos em consideração os pontos principais de debate (lidar com a soberania nacional, bem como circunstâncias nucleares), conferindo-lhe uma elevada probabilidade de implementação. Os avanços



relevantes em matéria de confiança, mobilização, interoperabilidade afiguram-se realistas e tornam esta versão a mais ambicionável.

Dado que a variante 1 (*Status quo*) não dispõe da capacidade para solucionar os problemas existentes e a variante "grupo de vanguarda" ainda gera mais problemas, ambas são classificadas como não ambicionáveis e, por conseguinte, não aprofundadas pelo autor. A variante "compromisso" resolveria muitos dos problemas existentes e aparenta ser concretizável a médio prazo. Poderia, assim, ser considerado um passo intermédio, sem que a UE tenha de se despedir do objetivo a longo prazo que consiste na constituição de um "exército europeu no sentido tipo ideal", caso seja realmente este o seu objetivo, ou sem que tenha de se comprometer já agora com o mesmo.



4. Orientações e requisitos para uma defesa europeia comum - independentemente da sua constelação final

Regra geral, a paz e a estabilidade são dois objetivos políticos prioritários para todos os estados-membros da UE. Para atingir estes objetivos, que foram assumidos reciprocamente (um dos objetivos originais para a constituição da União Europeia foi o da prevenção de conflitos militares), revelaram ser úteis e convenientes a coesão e o trabalho conjunto no sentido de encontrar soluções. O fortalecimento e a intensificação de uma PESD e a consequente união e comunhão fazem sempre sentido, independentemente de no final conduzirem à constituição de Forças Armadas europeias comuns, e independentemente da constelação final que estas possam apresentar. O aumento da capacidade de defesa da Europa desempenha, assim, um papel importante. As ações pragmáticas deveriam avançar com prioridade, pois neste contexto, as batalhas ideológicas não contribuem para a evolução da UE. Mediante as orientações abaixo apresentadas, a Europa poderá alcançar os respetivos progressos. Neste sentido não é necessário que a União se vincule, desde já, ao objetivo de um exército europeu tipo ideal, ainda que o conjunto de sugestões apresentadas representem simultaneamente requisitos para um exército desta natureza.

a. Estratégia de segurança comum e livro branco de conduta comum

Perspetiva-se uma nova formulação do EES, que deverá estar concluída até 2017. Durante a revisão devem ser efetuados esforços no sentido da elaboração de formulações concretas, que possam ir um pouco além de uma mera descrição dos desafios atuais: por oposição à versão atual, estas devem contemplar projetos e orientações concretos, que sejam apoiados por todos os estados-membros.

Deve, também, ser ambicionado um livro branco de conduta civil e militar, que corresponda ao consenso de todos os estados-membros da UE relativamente à utilização de "hard power". Neste projeto, o objetivo não deve ser o "belicismo", mas sim, fazer justiça aos diferentes conceitos existentes na Europa, harmonizando-os. O próprio Parlamento Europeu reforçou, em dezembro de 2012, a sua exigência no sentido da elaboração de um livro branco de conduta.

Enquanto documento estratégico "um livro branco deveria conter uma análise abrangente das ameaças e desafios, bem como, neste contexto, uma definição dos objetivos da política externa, de segurança e de defesa da UE, incluindo prioridades geográficas e interesses políticos" (Csitkovits, 2014, p. 228). É, ainda, necessário estabelecer uma



relação entre estes objetivos e as medidas a aplicar nas áreas económica, diplomática, civil e militar.

A questão: "Quando deve ser utilizada força (militar) enquanto meio político?" revela-se, frequentemente, como obstáculo na busca de um consenso ao nível europeu. O entendimento "antecipado" de eventuais novas crises iria fortalecer a capacidade de ação da Europa, dado que seria possível agir de acordo com o consenso, evitando perdas de tempo com discussões e a procura de uma posição comum, e que não se resume ao menor denominador comum, caso se verificasse uma respetiva situação.

Esta procura no sentido do alcançar um consenso entre todos os 28 estados-membros será, certamente, difícil e morosa, mas poderá tornar-se num outro, senão até *no* marco da integração europeia.

b. Abdicar da soberania nacional

Embora a necessidade em abdicar da soberania em prol da melhoria da defesa comum seja reconhecida pela maioria dos líderes políticos no seio da UE em discursos retóricos, falta, contudo, a vontade política e a disponibilidade para a sua concretização. Persiste a ideia de que aquele "que é soberano, que é autónomo na esfera militar nacional, não necessita de cooperação" (Major & Mölling, 2015). Conceitos com tradição secular, tal como o do estado nacional, não se deixam alterar de um dia para o outro (Ahumada Contreras & Brok, 2011, p. 286).

O paradoxo é: essencialmente devido à crise financeira e à consequente redução das suas capacidades, os europeus são há muito tempo mutuamente dependentes em termos militares, pelo que não são, de modo algum, soberanos: ainda que alguns estados consigam pronunciar-se contra uma intervenção e evitar, assim, uma operação, atualmente nenhum governo consegue decidir uma operação sozinho e realizá-la autonomamente com sucesso, uma vez que nenhum estado dispõe do equipamento necessário, nem da capacidade de resistência. Embora a estratégia britânica e francesa ainda contemple a possibilidade de realização de operações sem parceiros, as intervenções na Líbia e no Mali não evidenciaram esta capacidade.

Tendo em vista a solução do problema também é pertinente refletir sobre quem está disposto a garantir uma defesa e capacidade de ação comuns, quem abdica de que capacidades e está, assim, disposto a entregar-se à dependência de outros. Pois nenhum país é obrigado a conseguir fazer tudo, mas a Europa deve, em conjunto, ser capaz de



defender as suas convicções e de estruturar ou preservar as competências necessárias enquanto comunidade.

c. Gestão de projeto profissional

O modo como a defesa europeia se irá desenvolver no futuro e se e como as sugestões/orientações são implementadas, depende, em larga escala, da vontade política dos estados-membros, bem como da forma como são implementadas conjuntamente e direcionadas para o objetivo. Pois a vontade política, por si só, não é suficiente, em especial devido ao elevado número de estados-membros.

Se a UE não pretende abdicar da capacidade de ação, urge admitir a interdependência, bem como estruturar e conduzir ativamente o processo ao longo do percurso que perspetiva uma verdadeira defesa europeia comum, garantindo que tudo é feito para a sua implementação.

Aqui "é necessária uma gestão profissional de alterações" (Schnell, 2011, p. 210), que representa, obviamente mediante um consenso, um género de "Roadmap" que conduz as ações dos estados-membros numa direção, impedindo ações contraproducentes. Assim, seria novamente essencial uma estratégia comum, apoiada por todos, com um objetivo específico. Pois só quem conhece o seu objetivo pode traçar um caminho e segui-lo, com determinação, quer seja no sentido de um exército europeu tipo ideal ou de uma versão aligeirada deste (que, possivelmente, representa apenas um objetivo intermédio). Esta tarefa de liderança poderia ser transferida para a AED fundada em 2004, e que poderia agregar, sob a sua alçada, as respetivas competências necessárias, bem como o conhecimento técnico inerente. As competências e, por conseguinte, o papel da AED e do Alto Representante da UE em Negócios Estrangeiros e Política de Segurança que a preside atualmente, Frederica Mogherini, teriam de ser fortemente majoradas no sentido da concretização desta tarefa.

d. Direito comum

Os sistemas jurídicos nacionais existentes carecem de uma adaptação no que diz respeito, por exemplo, à remuneração, às possibilidades de carreira, às regras de aprovisionamento e de mobilização. Não se trata, neste caso, de determinar o menor denominador comum, dado que a perda de padrões ou de condições-quadro sociais alcançados até à data e considerados como adquiridos, causariam certamente problemas e instabilidade.



É pertinente que a UE, ao longo do percurso de construção de uma defesa europeia comum, trabalhe no sentido de conciliar e ajustar reciprocamente os sistemas de direito militar nacionais dos estados-membros na perspetiva da simplificação e melhoria da integração das Forças Armadas europeias.

Outro contributo neste sentido seria o de países como a Alemanha, com reserva de análise parlamentar, apresentarem propostas no sentido da harmonização com os objetivos comuns (cf. capítulo 4.g.).

e. Exército uniforme

A defesa europeia comum seria impulsionada por um exército uniforme. Tal não compreende apenas a harmonização do equipamento, mas sim, e em particular, a utilização de uma linguagem de trabalho comum com a respetiva terminologia uniformizada, a aplicação de processos idênticos, bem como processos de planeamento e logística. A adaptação da formação ou a formação conjunta segundo o princípio "train as you fight" também poderiam contribuir para uma melhoria em matéria de intervenções conjuntas. Poderiam, assim, continuar a diminuir as perdas por atrito nas atividades militares multinacionais e aumentar significativamente a eficácia.

f. Do equipamento comum ao armamento comum

As intervenções conjuntas seriam facilitadas, se os estados alcançassem um consenso em torno de um equipamento uniforme das Forças Armadas e se mostrassem disponíveis para abdicar de equipamentos especiais nacionais.

Se todos os exércitos nacionais tivessem este tipo de armamento (europeu) padronizado, também a formação, a formação contínua e os processos de intervenção inerentes poderiam ser harmonizados, tornando as intervenções europeias conjuntas mais fáceis.

Após o alcance de um consenso no âmbito da UE em relação a um equipamento comum, também faria sentido a questão do armamento comum. Teriam, sobretudo, vantagens financeiras: um equipamento comum envolveria maiores quantidades e reduziria os custos unitários. Seriam dispensados equipamentos especiais nacionais, que aumentam substancialmente os custos unitários. Os respetivos recursos financeiros libertados poderiam ser utilizados para suprimir falhas existentes ao nível das capacidades ou para desenvolver as mesmas.

Também os mercados de armamento deveriam ser europeizados neste sentido, a fim



de reduzir os setores nacionais parciais e a duplicação de estruturas. As regras do mercado interno europeu que ainda não entraram em vigor deveriam, forçosamente, ser alargadas a esta área; não bastam acordos voluntários; a proteção das indústrias nacionais e dos postos de trabalho é excessiva. As preocupações nacionais relativamente à eliminação de postos de trabalho, tecnologia de ponta e fatores económicos devem recuar para segundo plano com vista ao alcance deste objetivo comum.

Para continuar a impulsionar a defesa europeia comum, a UE deveria, por exemplo, unificar ("europeizar") o equipamento e a formação inerente, sob a tutela da AED, bem como reforçar o armamento comum e a europeização do mercado de armamento.

g. Gerar confiança

Para viabilizar outras intervenções no contexto da dependência já instalada e promover uma integração gradualmente mais profunda, os países devem poder confiar no facto de ninguém bloquear uma mobilização, de ninguém abandonar unilateralmente uma intervenção ou na possibilidade de recorrer realmente às capacidades apenas detidas por um outro parceiro em caso de necessidade. As investidas políticas isoladas devem ser abolidas ou evitadas em prol da geração de confiança mútua.

Mas para tal não basta que sejam assinados os respetivos acordos. Os estados nacionais também devem mostrar ativamente que são merecedores da confiança que neles é depositada e que estão igualmente disponíveis para confiar nos outros. Refira-se, em primeiro lugar, a união em torno de uma estratégia comum e o livro branco de conduta civil e militar. A mera definição de uma estratégia europeia comum resolveria, desde logo, inúmeras situações de desconfiança. Refira-se também, e a título de exemplo, a participação em iniciativas *Pooling & Sharing*, a mútua subordinação de alguns tropas, a proposta de soluções para a revogação ou transferência de reservas de análise parlamentares bloqueadoras, bem como a subordinação de opiniões nacionais a favor de uma Europa comum.

h. Inclusão da sociedade

Para conquistar o apoio dos cidadãos europeus em prol de uma defesa europeia gradualmente mais profunda é importante convencê-los de que a UE continua a ser uma força de paz, que irá continuar a dar prioridade à tentativa de solucionar conflitos através de meios civis. Deve, contudo, ser inequívoco e aceite pelos cidadãos que a prevenção civil de conflitos pode fracassar, implicando a necessidade de uma intervenção militar mesmo



além das fronteiras europeias. E para que os cidadãos deem o seu apoio, deverão ficar convencidos de que tudo será feito para proteger a vida e a saúde de todos os intervenientes.

Neste contexto e com base no compromisso assumido no sentido de um uso responsável dos recursos financeiros, é possível conquistar o apoio dos cidadãos a favor de um bom equipamento, obtendo, assim, novos investimentos no setor do armamento.

A convicção de que a UE pode garantir a segurança tão bem, senão ainda melhor, do que os estados nacionais permitiria reconhecer que mais união em matéria de defesa europeia equivaleria a uma maior segurança para cada nação, mesmo que tal signifique abdicar gradualmente da soberania nacional. Deste modo seria eliminado um grande obstáculo que se atravessa no caminho da construção de uma defesa europeia comum e, por conseguinte, de um exército europeu comum.

Para que tal seja possível, a UE deve discutir abertamente e com toda a transparência os processos e as decisões necessárias, sem, contudo, tomar decisões prematuras, à margem dos cidadãos.

i. NATO

A UE deve estabelecer o seu próprio quartel-general no sentido de se emancipar da NATO. Os EUA, enquanto membros da NATO, também possuem o seu próprio quartel-general americano para as Forças Armadas americanas destacadas na Europa (United States European Command/USEUCOM). E esta situação não é encarada como uma duplicação das capacidades ou como uma estrutura concorrencial à NATO. A União Europeia também deveria reivindicar para si este direito de "Command in Control" (C2).

Refira-se, ainda, que existem tarefas e interesses distintos que em nada estão relacionados com a intenção original de constituição da NATO: os EUA estão atualmente mais orientados para a Ásia, enquanto a Europa defende interesses em África, entre outros. Mas nenhuma destas situações afeta a NATO propriamente dita: cada estado, especialmente a UE, deveria ser capaz de assumir operações militares, independentemente das estruturas da NATO.

Se a UE pretende desempenhar um papel competente e independente, no contexto mundial, deve desenvolver estruturas independentes e criar as capacidades necessárias. Tal compreende, entre outros, a criação de um quartel-general da UE, mesmo que isso implique custos acrescidos. Pois a independência e a soberania de ação não estão disponíveis a custo zero.



j. Abordagem realista

A UE estaria certa se debatesse passos realistas e os implementasse, sucessivamente, no sentido de uma defesa europeia comum, ao invés de desperdiçar o seu tempo com discussões sobre objetivos rebuscados e estados finais de um exército europeu. Este objetivo não pode ser perdido de vista. Mas ainda assim impõe-se uma abordagem pragmática e orientada para soluções: "Com passos pequenos e razoáveis, os intervenientes visualizam melhor a sua utilidade e não se sentem ultrapassados" (Zießler, 2015).

Max Weber afirmou, em tempos, "que não seria possível alcançar o possível, se o mundo não estivesse sempre a tentar alcançar o impossível" (Ahumada Contreras & Brok, 2011, p. 299) - e teria razão ao afirmá-lo. Contudo, a UE deveria, neste contexto, manter uma certa medida de pragmatismo: para implementar a ideia de uma defesa comum, a Europa deve concentrar-se naquilo que é exequível "em vez de bloquear grandes projetos de Forças Armadas europeias integradas, bem como até mesmo pequenas melhorias" (Kaldrack & Pöttering, 2011, p. 20).

k. Capacidade de mobilização

A UE deve ser colocada na posição de poder mobilizar tropas segundo as suas necessidades sem que, numa primeira fase, necessite de ultrapassar obstáculos nacionais ou de aguardar por aprovação nacional. No caso de um contingente com princípio de rotatividade é, no mínimo, necessário que as tropas disponibilizadas durante o período específico sejam diretamente subordinadas à UE. O controlo de um exército europeu "tipo ideal" estaria sempre sob a tutela da UE.

l. Financiamento das Forças Armadas europeias

Mesmo perante o cenário de crise na Ucrânia verifica-se novamente uma alteração de mentalidades em alguns estados europeus: assim, e a título de exemplo, a Lituânia pretende aumentar já em 2018, dois anos antes do originalmente previsto, as suas despesas inerentes à defesa para, no mínimo, dois por cento do PIB (Klymenko, 2015). A Alemanha também decidiu aumentar novamente o orçamento para a defesa a partir de 2016, contrariamente ao originalmente previsto (Wiegold, 2015). Embora não seja possível deduzir daqui uma tendência generalizada, os estados reagem a novas ameaças e reconhecem, por um lado, a situação embaraçosa e, por outro, a necessidade de investimento.



Contudo, a solução destes problemas não reside apenas na realização de investimentos mais elevados. Especialmente em tempos de pouca liquidez financeira são necessárias propostas concretas e cálculos sérios que evidenciem potenciais de poupança e garantam um equipamento realista das Forças Armadas (comum), que incluam as capacidades necessárias, sem, no entanto, permitir pretensões de prestígio "exageradas".

m. Financiamento das mobilizações

No âmbito de uma defesa europeia comum é pertinente alterar os regulamentos financeiros atuais, a fim de garantir o financiamento independentemente da participação com tropas próprias ou do consentimento para uma intervenção. Só assim será possível à UE preservar capacidade de ação militar autónoma, seguindo, porém, as suas convicções.

n. Confissões políticas

Tendo em vista uma aproximação efetiva às Forças Armadas europeias comuns é chegado o momento de proceder a exigências sérias e de colocar à discussão ideias e propostas de ação concretas, independentemente das datas de atos eleitorais e de oportunismos políticos. Às palavras dos líderes políticos devem seguir-se ações.

o. Armas nucleares

Rumo a uma defesa europeia comum é, ainda, obrigatório debater abertamente e tomar decisões em relação à relevância da prevenção nuclear ou ao relacionamento com as armas nucleares britânicas e francesas. Devem ser (a) excluídas do processo de estruturação das Forças Armadas comuns e permanecer sob o controlo britânico ou francês, (b) transferidas para a UE ou (c) desmanteladas totalmente?

Considerando que as versões (b) e (c) aparentam ser pouco prováveis, a UE deverá, ao longo do seu percurso rumo a uma defesa europeia, ter em conta que as armas nucleares permanecerão sob o controlo nacional dos seus proprietários.

p. Pensamento nacional, ausência de um sentimento "nós"

Caso se pretenda uma abordagem séria de uma defesa europeia comum, é urgente superar ou remeter para segundo plano os egoísmos nacionais em prol de um sentimento europeu "nós". Não se trata de esquecer a cultura nacional, mas sim de trabalhar em conjunto no sentido de um objetivo comum.



(1) Conclusão intermédia

As orientações apresentadas no presente capítulo estão relacionadas, parcialmente interligadas e nem sempre é possível separá-las. A implementação está nas mãos dos decisores políticos europeus e depende, em última instância, da vontade em alcançar o objetivo de uma defesa europeia comum.

São três as questões que revestem especial relevância: talvez a questão mais importante seja um acréscimo de "união europeia", em todos os sentidos: a estratégia comum ou um livro branco de conduta civil e militar alicerçado no consenso de todos os estados-membros europeus deve, por isso, ser o objetivo prioritário, pois facilita a implementação de todas as orientações, abrindo o caminho neste sentido.

A disponibilidade para abdicar da soberania nacional a favor da União Europeia, bem como da inerente capacidade de ação, representaria um grande passo.

Uma gestão de projeto profissional que acompanha o processo de forma central e transparente é o terceiro fator chave. A AED, na qualidade de instituição europeia já existente, seria a mais indicada, mas as suas competências teriam, certamente, de ser incrementadas convenientemente.



Conclusões

"Qual poderá ser a constelação de uma defesa europeia comum e quais os fatores a implementar nesse sentido?" Esta é a questão central do presente estudo.

Para dar resposta a esta questão, presumiu-se que, em princípio, uma defesa europeia comum faz sentido, tendo ficado definida no Tratado de Lisboa como objetivo a alcançar, a par de um aprofundamento da PESD. Contudo foram, primeiramente, lembrados os eventos mais relevantes em matéria de defesa europeia comum e demonstrado que o processo rumo a uma defesa europeia comum se encontra permanentemente em evolução, ainda que lentamente, sendo, a pouco e pouco, criadas as condições necessárias, muito embora ainda esteja longe de ser alcançada uma "defesa comum" conforme prevista no Tratado da UE.

Em seguida, a par dos argumentos a favor de uma defesa comum, foram também apresentados os argumentos contra, ainda que o autor presuma, por princípio, a necessidade de uma defesa comum. De todos os aspetos mais relevantes que sustentam tal intenção e que a aprovam, podem ser apontados o direito próprio de desempenhar um papel de liderança no mundo (do qual a Europa ainda está muito longe, pelo menos na esfera militar) e os desafios enfrentados face às situações políticas, bem como os problemas financeiros que apenas podem ser minimizados por meio de uma ação conjunta.

Para fazer face à situação especial da UE foram propostas duas possíveis definições no que diz respeito aos diferentes modos de estruturação da defesa comum: a primeira é geralmente aceite e adequada a quase todas as Forças Armadas do mundo; é aquela que os defensores de uma defesa europeia comum, e que recorrem à expressão "Exército Europeu", têm em mente. A segunda tem em consideração o facto de a UE ser uma estrutura *sui generis*, que não existe em mais nenhum outro lado do mundo. As Forças Armadas comuns não devem, por isso, na sua estrutura nacional, ser idênticas às de uma nação, devendo, contudo, realizar as mesmas tarefas.

O capítulo seguinte explica os problemas mais importantes, mas que, sob a perspetiva do autor, não são, de longe, os únicos que se revelaram nas operações conjuntas da UE ou que tiveram de ser ultrapassados no caminho de uma defesa comum. Quando se observam os atuais processos de unificação e de decisão, bem como a situação atual (começando pela situação política tensa na Grécia, até às exigências impostas pelo governo britânico no sentido de se implementarem alterações aos acordos), é possível antever dificuldades na unificação em torno de propostas e estratégias comuns para solucionar e ultrapassar os problemas; e também que num futuro próximo e a médio prazo não é



expectável que tal suceda, apesar de a situação atual da política mundial exigir decisões rápidas e conjuntas neste sentido.

Relativamente à questão de como a defesa comum da Europa poderia ser estruturada, perante o cenário das possibilidades de definição apresentadas, são, aqui, propostas quatro opções de ação (a possibilidade de abandonar por completo a ideia de umas Forças Armadas europeias não é tida em consideração), sendo avaliadas sob o ponto de vista dos critérios Implementabilidade, Armas Nucleares, Financiamento, Razoabilidade, bem como Probabilidade de Implementação. A manutenção do *status quo* não faz, assim, qualquer tipo de sentido. Deste modo, nem os problemas atuais em relação à intervenção e aos aspetos financeiros podem ser solucionados, nem a capacidade de defesa e de ação pode ser melhorada. Apenas a probabilidade de implementação poderia ser classificada como elevada.

O "Exército Europeu" que, na sua estrutura e função se iria assemelhar a um exército nacional possuiria, certamente, na sua forma definitiva, as maiores vantagens: uma versão razoável com fácil implementabilidade e financiabilidade. Contudo, atualmente não é possível responder à questão sobre como essa implementação seria bem-sucedida e de como seria solucionada com amplo consenso a questão das armas nucleares. A probabilidade pode ser classificada como muito baixa a curto até médio prazo, em particular devido à persistência em preservar os egoísmos nacionais e os direitos de soberania.

A constituição de um núcleo para Forças Armadas comuns com um grupo de vanguarda iria, certamente impulsionar os estados propensos e capazes no sentido de avançar com uma defesa comum. E esta possibilidade é dada pelo Tratado de Lisboa. Simultaneamente, poderiam surgir novos problemas, tais como a inveja entre os estados-membros, aumentando, assim, o perigo de estas forças, ao invés de se aproximarem, se afastarem ainda mais, o que poderia representar o fim de uma política externa e de segurança comum. Deste modo surgiriam mais problemas do que aqueles que poderiam ser resolvidos. Consequentemente, esta opção foi excluída.

O autor advoga, por isso, e antes de mais, a criação de uma defesa comum da UE baseada na harmonização e cooperação dos exércitos nacionais, que garantam a capacidade de intervenção em operações europeias segundo um princípio de rotatividade. Esta é, com ligeiras alterações, a versão mais provável de alcançar e, além disso, não exclui um "verdadeiro exército europeu", dado que a evolução dos exércitos nacionais para um exército comum a constituir no futuro não está excluída. Assim, esta solução poderia ser



uma etapa intermédia rumo a um "exército europeu definitivo", bem como a versão final de uma defesa comum, à semelhança do exército europeu descrito no capítulo 3.b.

No presente momento não é necessário que seja tomada qualquer decisão a favor de uma e contra a outra possibilidade. A decisão sobre qual a forma a alcançar numa perspetiva a longo prazo apenas poderá ser tomada daqui a alguns anos, mediante acordo entre os estados-membros.

Com base nos problemas centrais anteriormente descritos, são, por fim, apresentadas opções de ação no sentido de aproximar a UE da defesa comum (cf. parte 2 da questão principal). A própria quantidade de problemas a solucionar deixa antever que a implementação não será concretizável a curto ou médio prazo. Contudo, a UE poderá dar passos significativos no sentido dos objetivos a alcançar se solucionar alguns destes problemas, o que, por sua vez, irá simplificar a resolução dos restantes problemas: de um modo geral é possível determinar que as prioridades nacionais ainda prevalecem, sendo colocadas em primeiro plano, em detrimento de um sentimento "nós" europeu. A procura de um consenso, na sua generalidade, e em particular em relação a uma estratégia de segurança, bem como um livro branco civil e militar europeu revestem, assim, um caráter de especial importância. Caso se encontrasse uma posição conjunta em matéria de análise de ameaças, bem como em relação aos critérios para o uso da força militar e às prioridades geográficas, seria dado um passo importante e alcançado um objetivo. E assim, a abdicação da soberania nacional na qual assenta, em particular, a esfera militar, seria referida como requisito (Höfer, 2008, p. 171). O projeto deve ainda, e com caráter de urgência, ser submetido a uma gestão profissional. Esta poderia ser confiada à AED, fundada em 2004 e que atualmente é responsável pelo planeamento, aprovisionamento e investigação em matéria de equipamento. A função atualmente classificável como essencialmente consultora teria de ser revalorizada, as competências alargadas. Tal inclui, por exemplo, a ocupação do cargo do Alto Representante da UE para Negócios Externos e Política de Segurança, à qual cabe a administração. A anterior Alta Representante Catherine Ashton era, a título de exemplo, considerada um peso-pluma em matéria de política externa, sem qualquer experiência em política de segurança e "sem sentido para a faceta militar da PESD" (Ehrhart, 2014, p. 30). A nomeação de Ashton para este cargo foi até, por alguns, considerada como uma experiência "para não conferir excessiva autonomia à recém-criada instituição, mantendo as suas funções bastante restritas" (Müller-Brandeck-Bocquet, 2012). Impõe-se, portanto, uma urgente mudança de mentalidades. Aguarda-se, agora, no sentido de apurar se as competências e autorizações de Federica Mogherini, que substituiu Ashton



no cargo a 1 de novembro de 2014, serão alargadas e se irão além da celebração de acordos voluntários.

As exigências no sentido da estruturação de um exército europeu (ou de uma defesa europeia comum) já não são inéditas. Mas existe um enorme fosso entre a pretensão e a realidade, ainda que as Forças Armadas na Europa cooperem muito mais agora do que no passado. As Forças unem-se, agem, combatem lado a lado e confiam umas nas outras. "Surgem ilhas cada vez maiores na cooperação de defesa europeia no oceano das 28 políticas de defesa nacionais" (Major & Mölling, 2015). Os europeus discutem, há muito, as intervenções conjuntas, dado que nenhum estado-membro está, sozinho, em posição de poder levar a cabo as operações consideradas necessárias. Poderia, portanto, falar-se de um "exército europeu" que também seria utilizado em nome da UE nos diferentes países. Contudo, este "exército europeu" pouco tem a ver com as definições propostas no capítulo 1.c. do presente trabalho. Até ao momento, este processo "acontece", ainda que não seja desejado e controlado a partir de cima, pois os estados-membros europeus revelam algumas dificuldades em conseguir abdicar da soberania nacional na esfera militar. Enquanto tal situação persistir, a "Europa apenas poderá aproximar-se desta ideia a partir das bases, através de uma parceria multinacional bem-sucedida a este nível" (Zießler, 2015).

Mas tal é insuficiente: A União Europeia é, com os seus mais de 500 milhões de habitantes, grande demais para se poder esconder. A sua dimensão e o seu número de habitantes conferem-lhe peso a nível mundial. Por agora, possui ainda o maior mercado interno do mundo, bem como o maior Produto Interno Bruto a nível mundial. E ainda representa 7% (Europäische Kommission, 2014) da população mundial. Mas já agora se torna evidente que o seu papel militar está longe de corresponder ao económico. E a sua influência tenderá gradualmente a desaparecer. Os pesos deslocam-se, as funções são atualmente redistribuídas. Segundo os cálculos, a UE 2050 já só irá representar 5% da população mundial. A importância da Europa no contexto desta nova ordem mundial em estruturação dependerá essencialmente de dois fatores: por um lado, da vontade política para que a Europa assuma um papel de liderança, e por outro, das capacidades estruturadas. A posição geopolítica atual no mundo mostram claramente à UE que o poderio militar reveste uma função primordial no contexto político internacional do século XXI, ainda que a Europa tenda a concentrar-se na vertente civil, deixando a vertente militar entregue ao escudo da NATO. Este ponto de vista já não está adequado aos tempos atuais. A pretensão global de liderança que, sem dúvida, reina, apenas poderá ser satisfeita



quando for possível alicerça-lo em capacidades militares prontamente disponíveis e operacionais. Se a Europa continuar a abdicar das suas capacidades militares, ela irá, simultaneamente, perder o interesse para os americanos enquanto parceira, dado que já não estará em condições de assumir parte da defesa, continuando, assim, a perder influência.

Mas a Europa está em crise. "A Europa alheou-se" (Riesbeck, 2015). O facto de a defesa comum não avançar já não é só um problema exclusivo da Europa: A Grécia está perante uma bancarrota e, conseqüentemente, ameaçada de uma saída involuntária da zona euro; a Grã-Bretanha pretende, num futuro próximo, realizar um referendo no sentido de decidir sobre o seu futuro no contexto da UE; a Hungria debate ativamente a possibilidade da reintrodução da pena de morte, pelo que Jean-Claude Juncker ameaça o país de expulsão da UE (isto para referir apenas alguns "pontos fracos"). A UE está tão ocupada com as questões internas que chega a prejudicar-se a si própria, a prejudicar a sua reputação e os seus interesses em matéria de segurança. O processo da unificação europeia parece, agora, e perante o "Grexit" e o "Brexit", irreversível e não apenas "incompleto". A Europa deve clarificar a sua perspetiva: mercado interno ou comunidade solidária? O fim e a dissolução da UE iriam, ainda mais, remeter os estados-membros para o campo da insignificância política. Os argumentos apresentados no presente trabalho tornar-se-iam irrelevantes. Contudo, a resolução dos problemas e a conseqüente continuidade do processo de unificação europeia seria a possibilidade de terminar algo único. A europeização da defesa permitiria à UE contribuir para um mundo pacífico e justo, que a poderia encher de orgulho.

Quem acompanhou o processo europeu de unificação e de integração ao longo dos anos sabe que este foi inspirado em grandes ideias e visões, tendo, contudo, a sua prossecução e implementação exigido um grande fôlego, sempre acompanhado de discussões que pareciam infundáveis, e até de alguns reveses. Mas até ao momento a UE encontrou sempre o seu caminho. Há 25 anos atrás era quase impensável acreditar numa moeda comum; quem defendesse tal ideia era alvo de chicota. Contudo, é uma realidade desde 2002, ainda que não o seja em todos os estados-membros. Está na natureza da UE com os seus atuais 28 estados-membros, que projetos desta grandeza não sejam realizáveis sem que ocorram alguns reveses.

Uma defesa europeia comum é forçosamente necessária, talvez ainda não tenha chegado o momento certo. Contudo, deveria ser um objetivo a perseguir com toda a veemência. E neste caminho, a UE não deve, de modo algum, afastar-se da ideia de uma "força civil" europeia. O uso da força militar não poderá, em situação alguma, tornar-se



uma opção evidente e prioritária. Mas a estruturação de capacidades militares comuns e a possibilidade de, a qualquer momento, ser possível recorrer a estas capacidades, permitirá à UE alcançar uma voz ativa e autodeterminada. Caso contrário, a UE e os seus estados-membros terão de aceitar que as decisões e os acontecimentos do mundo os influenciam, sendo, contudo, a sua própria capacidade de influência praticamente nula. O seu papel estaria reduzido ao de um espectador, contrariamente ao dos atores que tomam as decisões no contexto político mundial. A UE poderia, assim, tornar-se numa bola com que os outros brincam. E a Europa veria “como já tantas outras vezes aconteceu no passado, que outros poderios determinam o seu destino” (Masala, 2011, p. 143)



Bibliografia

Ahumada Contreras, C. & Brok, E., 2011. Kontrolle einer Europaarmee in Zusammenarbeit zwischen Europäischem Parlament und nationalen Parlamenten. In: G. F. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine eineinsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 283 - 299.

Albani, M. & Brantner, F., 2011. Eine Europäische Armee - Vision oder zwingende Notwendigkeit. In: G. F. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 92 - 105.

Amtsblatt der Europäischen Union, 2009. *Konsolidierte Fassung des Vertrags über die Europäische Union*. [Online]
Available at: http://www.europarl.de/resource/static/files/vertrag_lissabon/EU-Vertrag.pdf [Acedido em 25 Maio 2015].

Auswärtiges Amt; Bundesministerium der Verteidigung, 2009. *Europäische Sicherheits- und Verteidigungspolitik*. Berlin: Auswärtiges Amt; Bundesministerium der Verteidigung.

Bahr, E., 2013. *Braucht die Europäische Union eine eigenständige Sicherheitspolitik?*. Helmut-Schmidt Universität -Universidade das Forças Armadas Alemães, Verlag Barbara Budrich.

Beat Balzli, 2015. *Die Welt - Es wird keinen Grexit geben*. [Online]
Available at: <http://www.welt.de/print/wams/politik/article138170319/Es-wird-keinen-Grexit-geben.html> [Acedido em 09 Março 2015].

Bendiek, A., 2010. *SWP-Aktuell - Neuer Europäischer Realismus. Abschied von der Idee einer einheitlichen Aussen- und Sicherheitspolitik*. [Online]
Available at: http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/2010A10_bdk_ks.pdf [Acedido em 04 Abril 2015].

Brössler, Daniel, 2015. *Süddeutsche Zeitung - Träumen von der europäischen Armee*. [Online]
Available at: <http://www.sueddeutsche.de/meinung/militaer-traeumen-von-der-europaeischen-armee-1.2384391> [Acedido em 11 Março 2015].

Bundesministerium der Verteidigung, 2011. *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien 2011*. [Online]
Available at: http://www.bmvg.de/portal/a/bmvg!/ut/p/c4/LYsxEOAgDATf4gdIb-cv1MYBzcQbMDgQ8ftSONtssUsrddQ3iDdk9YlmWnaM4XXhauIq9pPLYbB65wRDdF6FQzZ2R47PxdqtcTHGAXIU_q72byv9tgQFK91xGj6tRgx1/ [Acedido em 01 Maio 2015].

Bundesverfassungsgericht, 2009. *Entscheidungen - Urteil vom 30.06.2009*. [Online]
Available at: http://www.bverfg.de/entscheidungen/es20090630_2bve000208.html [Acedido em 2015 Abril 02].



Bundeswehr, 2013. *Afghanistan: Tiger und NH 90 leisten ihren Beitrag*. [Online] Available at: http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde/!ut/p/c4/NYU7DsIwEAT_yBeLApmO4IaCBgoITXSJT5GFH5F9JhLi47ELdqVpZheeUBvwbRdkGwM6eMAw28O0iWkzJPdFhZyjLLDk0ZAfyYaM_IF7e9bFHANxI1NgW7kk5JjEGhO7ZkpK1QhrYOik7uW--0d-ldany22nlD73V1i9P_4AdKucZA!!/ [Acedido em 18 Março 2015].

Csitkovits, E., 2014. Braucht die EU ein ivil-militärisches Weißbuch?. In: M. S. K. (Hrsg.), Hrsg. *Europa als sicherheitspolitischer Akteur*. Opladen, Berlin, Toronto: Verlag Barbara Budrich, pp. 227 - 232.

Deutscher Bundestag, 2014. *Einsetzung einer Kommission zur "Überprüfung und Sicherung der Parlamentsrechte bei Mandatierung von Auslandseinsätzen der Bundeswehr"*. [Online] Available at: <http://dip21.bundestag.de/dip21/btd/18/007/1800766.pdf> [Acedido em 11 Maio 2015].

Die Bundesregierung, 2015. *Europäische Sicherheits- und Verteidigungspolitik*. [Online] Available at: <http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Magazine/emags/epublic/045/schwerpunkt1-die-europaeische-sicherheits-und-verteidigungspolitik.html> [Acedido em 14 Abril 2015].

Ehrhart, H.-G., 2014. Die Sicherheits- und Verteidigungspolitik der Europäischen Union nach dem Vertrag von Lissabon. In: M. S. K. (Hrsg.), Hrsg. *Europa als sicherheitspolitischer Akteur*. Opladen, Berlin, Toronto: Verlag Barbara Budrich, pp. 25 - 48.

Europäische Gemeinschaft für Kohle und Stahl, B. T. I., 1954. *Vertrag über die Gründung der Europäischen Verteidigungsgemeinschaft*. [Online] Available at: <http://www.europarl.europa.eu/brussels/website/media/Basis/Geschichte/EGKSbisEWG/Pdf/EVG-Vertrag.pdf> [Acedido em 03 Maio 2015].

Europäische Kommission, 2014. *Die EU in der Welt: EU stellt sieben Prozent der Weltbevölkerung und 23 Prozent des weltweiten Bruttoinlandsprodukts*. [Online] Available at: http://ec.europa.eu/deutschland/press/pr_releases/12694_de.htm [Acedido em 01 Maio 2015].

European Defence Agency, 2014. *European Defence Agency - Mission*. [Online] Available at: <http://www.eda.europa.eu/Aboutus/Whatwedo/Missionandfunctions> [Acedido em 12 Março 2015].

Gareis, S. B., 2011. Europäische Streitkräfte: Eine neue Militärkultur anstelle nationalstaatlicher Traditionen und Führungsphilosophien. In: G. F. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 454 - 464.

Hagel, J., 2015. *Sozialismus-Info - Kommt die EU-Armee?*. [Online] Available at: <https://www.sozialismus.info/2015/04/kommt-die-eu-armee> [Acedido em 14 Abril 2015].



Höfer, G., 2008. *Europäische Armee - Vision oder Utopie?*. 1. Auflage Hrsg. Hamburg: Merus Verlag.

Homan, K. & Rood, J., 2013. *Presseurop - The elusive European armz*. [Online] Available at: <http://www.presseurop.eu/en/content/article/4413211-elusive-european-army> [Acedido em 24 Janeiro 2015].

Jungholt, T., 2014. *Die Welt - Deutschland treibt das Projekt Europaarmee voran*. [Online]

Available at: <http://www.welt.de/politik/deutschland/article130960888/Deutschland-treibt-das-Projekt-Europaarmee-voran.html> [Acedido em 02 Abril 2015].

Kaldrack, G. F. & Pöttering, H.-G., 2011. Jetzt handeln - niemand wartet auf Europa. In: G. f. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 17 - 22.

Keller, P., Möller, A., Sinjen, S. & Varwick, J., 2012. *Zivilmacht mit Zähnen - Deutsche Vorschläge für eine Neubelebung der GSVP*. [Online]

Available at: <https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/article/getFullPDF/20728> [Acedido em 04 Março 2015].

Kirsch, U., 2011. Kulturelle, rechtliche und soziale Unterschiede nationaler Streitkräfte - Hemmnisse für eine einsatzfähige Europa-Armee?. In: G. F. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 476 - 487.

Klymenko, O., 2015. *Stern - Separatisten töten in Debalzewe angeblich 3000 ukrainische Soldaten*. [Online]

Available at: (<http://www.stern.de/politik/ausland/debalzewe-separatisten-toeten-angeblich-3000-ukrainische-soldaten-im-kessel-ukraine-2174386.html>) [Acedido em 23 Fevereiro 2015].

Kronauer, Jörg, 2015. *Junge Welt - Neuer Schub für EU-Armee*. [Online] Available at: <http://www.jungewelt.de/2015/03-12/011.php> [Acedido em 12 Março 2015].

Lang, M. & Schmidt, C., 2011. Anmerkungen zu Europas sicherheitspolitischer Gestaltungskraft. In: N. Verlagsgruppe, Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Gerd F. Kaldrack/Hans-Gert Pöttering (Hrsg.), pp. 314 - 329.

Major, C. & Mölling, C., 2015. *Neue Züricher Zeitung - Die europäische Armee kommt*. [Online]

Available at: <http://www.nzz.ch/meinung/debatte/die-europaeische-armee-kommt-1.18531717>, Zugriff 21.05.2015 [Acedido em 21 Maio 2015].

Masala, C., 2011. Europa zwischen USA und Russland - ist eine europäische Armee die richtige Antwort?. In: G. F. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgruppe, pp. 135 - 143.

Müller-Brandeck-Bocquet, G., 2012. Deutschland und die Außen- und Sicherheitspolitik der EU. In: R. M. W. (Hrsg.), Hrsg. *Die Außenpolitik der Bundesrepublik Deutschland - Anspruch, Realität, Perspektiven*. München: Hanns Seidel Stiftung e.V., pp. 119 - 131.



Müller, N., 2014. Zwischen Pragmatismus und Passivität? Die GSVP-Politik der schwarz-gelben Koalition. In: D. K. (. Michael Staack, Hrsg. *Europa als sicherheitspolitischer Akteur*. Opladen, Berlin, Toronto: Verlag Barbara Budrich, pp. 201 - 226.

Muzik, P., 2015. *EU Infothek - Braucht Brüssel eine eigene Armee?*. [Online] Available at: <http://www.eu-infothek.com/article/braucht-bruessel-eine-eigene-armee> [Acedido em 12 Março 2015].

Naß, Matthias, 2015. *Zeit online - Im Alleingang geht es schon jetzt nicht mehr*. [Online] Available at: <http://www.zeit.de/politik/2015-03/europaeische-armee-jean-claude-juncker> [Acedido em 12 Março 2015].

NATO, 2004. *The NATO-EU strategic partnership*. [Online] Available at: <http://www.nato.int/docu/comm/2004/06-istanbul/press-kit/006.pdf> [Acedido em 13 Abril 2015].

NATO, 2010. *Strategisches Konzept für die Verteidigung und Sicherheit der Mitglieder der Nordatlantikvertrags-Organisation von den Staats- und Regierungschefs in Lissabon verabschiedet - Aktives Engagement, moderne Verteidigung*. [Online] Available at: http://www.nato.diplo.de/contentblob/2978550/Daten/1854725/strat_Konzept_Lisboa_DL_D.pdf [Acedido em 16 Maio 2015].

Ohlshausen, K., 2011. Aufbau und Ausbau politischer und militärischer Organisationskulturen für Planung und Führung einer Europaarmee. In: G. F. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 376 - 384.

Ondarza von, N., 2014. Stagnation statt Fortschritt. Die Gemeinsame Außen-, Sicherheits- und Verteidigungspolitik nach Lissabon. In: D. K. (. Michael Staack, Hrsg. *Europa als sicherheitspolitischer Akteur*. Opladen-Berlin-Toronto: Verlag Barbara Budrich, pp. 125 - 145.

Remme, Klaus; von der Leyen, Ursula, 2015. *Deutschlandfunk - Europäische Armee ist die Zukunft*. [Online] Available at: http://www.deutschlandfunk.de/verteidigungsministerin-von-der-leyen-europaeische-armee.868.de.html?dram:article_id=313608 [Acedido em 09 Março 2015].

Riesbeck, P., 2015. *Kölner Stadt-Anzeiger - Der Markt zerstört die europäische Idee*. [Online] Available at: <http://www.ksta.de/politik/kommentar-zur-eu-der-markt-zerstoert-die-europaeische-idee,15187246,30830492.html> [Acedido em 31 Maio 2015].

Schnell, J., 2011. Haushalte und Militärbudgets der EU-Mitgliedsstaaten vor dem Hintergrund der gegenwärtig dramatischen Finanzlage - Einspareffekte und Effizienzsteigerung durch eine Europa-Armee?. In: G. F. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 199 - 210.

Solana, J., 2008. *Bericht über die Umsetzung der Europäischen Sicherheitstrategie --*



Sicherheit schaffen in einer Welt im Wandel –. [Online] Available at:

http://www.consilium.europa.eu//ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/DE/reports/104634.pdf [Acedido em 04 Abril 2015].

Spatz, J., 2011. Ein Umdenken in der Gemeinsamen Außen-, Sicherheits- und Verteidigungspolitik der EU ist nötig - Vertrauensbildung als notwendige Voraussetzung zur Streitkräfteintegration auf europäischer Ebene. In: G. F. K. P. (Hrsg.), Hrsg. *Eine einsatzfähige Armee für Europa*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 330 - 343.

Staack, M., 2014. Ohne Ziel und ohne Kompass? Anmerkung zur neuen deutschen Außenpolitik. In: D. K. (. Michael Staack, Hrsg. *Europa als sicherheitspolitischer Akteur*. Opladen, Berlin, Toronto: Verlag Barbara Budrich, pp. 173 - 199.

Thießen, J., 2014. Taube auf dem Dach oder Projekt mit Perspektive? Deutschland und die europäische Sicherheitspolitik. In: D. K. (. Michael Staack, Hrsg. *Europa als sicherheitspolitischer Akteur*. Opladen, Berlin, Toronto: Verlag Barbara Budrich, pp. 165 - 171.

Westerwelle, G., 2010. *Die Zukunft europäischer und globaler Sicherheitspolitik*. München, Europäische Sicherheit, 03/2010.

Wiegold, T., 2015. *Augen geradeaus - Verteidigungshaushalt soll bereits 2016 um 1,2 Milliarden Euro steigen*. [Online] Available at: <http://augengeradeaus.net/2015/03/verteidigungshaushalt-soll-bereits-2016-um-12-milliarden-euro-steigen/> [Acedido em 14 Maio 2015].

Zießler, J., 2015. *Helmut-Schmidt-Universität - Professur für Politikwissenschaft, insbesondere Theorie und Empirie der Internationalen Beziehungen*. [Online] Available at: http://www.hsu-hh.de/staackib/index_riwfaJ7DqNHqFX31.html [Acedido em 14 Abril 2015].